

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

CURSO DE MUSEOLOGIA

Leticia Caroline Morais de Lima

**A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO NÚCLEO DE
ESTUDOS AÇORIANOS: UM ESTUDO DE CASO**

**Florianópolis
2020**

Leticia Caroline Morais de Lima

**A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO NÚCLEO DE
ESTUDOS AÇORIANOS: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes

Florianópolis
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima, Leticia Caroline Moraes de
A Documentação Museológica no Núcleo de Estudos Açorianos
: um estudo de caso / Leticia Caroline Moraes de Lima ;
orientador, Thainá Castro Costa, 2021.
146 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Museologia. 3. Documentação
Museológica. 4. Documentação. 5. Patrimônio. I. Castro Costa,
Thainá . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Museologia. III. Título.

Leticia Caroline Morais de Lima

A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO NÚCLEO DE
ESTUDOS AÇORIANOS: UM ESTUDO DE CASO

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção
do Título de bacharel em Museologia e aprovado em sua forma final
pelo Curso de Graduação em Museologia

Florianópolis, 22 de Março de 2021.

Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Renata Cardozo Padilha

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Luciana Silveira Cardoso

Avaliadora

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Gratidão e afeto eterno a minha mãe, Vera Lucia Moraes, por ter tido paciência suficiente de me ensinar e me auxiliar na construção da pessoa que sou atualmente, espero que eu possa retribuir tudo em dobro. Ao meu pai, Laureci de Lima, por principalmente sempre lembrar que os estudos são importantes para a vida, além de outros ensinamentos que me fizeram trilhar um caminho que me trouxe até onde me encontro atualmente. Obrigado a ambos por todo auxílio que recebi desde o início da graduação, fazendo com que eu pudesse viver uma vida com uma condição melhor.

À minha filha felina, Lizzy, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos de estresse, tristeza e alegria que passei em casa.

Agradeço de coração, aos meus amigos Aldiney Melo, Alicia Santos e Amanda Anjos por tudo que vocês têm feito por mim desde 2013, sem o incentivo dos três, não me encontraria no momento em que me encontro hoje. Espero que possamos viver mais momentos juntos, mesmo à distância.

Agradeço às amigas Mônica Brogliatti, Maria Luiza Marcolino, Regina Lira e Grace Garcia, por sempre me aguentarem durante todos esses anos de graduação, mesmo nos momentos mais estressantes.

Gratidão ao coordenador do NEA, Francisco do Vale Pereira, pela oportunidade de poder trabalhar neste lugar incrível e por ter me passado um conhecimento muito rico sobre história e museologia, obrigado por esses momentos e pela amizade.

À Professora Rosana Nascimento, por todo conhecimento passado a mim, pelo incentivo e por ter me apresentado uma museologia

diferente. Você foi uma pessoa essencial para a minha graduação, minha vida profissional e pessoal, agradeço de coração.

À Professora Thainá Castro por ter disponibilizado tempo para me auxiliar com este trabalho, pela compreensão e por sempre responder minhas perguntas.

Obrigada à UFSC, local que me trouxe muitos momentos importantes que me fizeram amadurecer e momentos inesquecíveis, e que apesar de todas as dificuldades, ainda se mantém como um lugar com conhecimento riquíssimo e necessário. Por fim, agradeço a todos os outros que não tiveram seus nomes mencionados, mas fizeram parte da minha vida de alguma forma, ainda que de forma passageira.

RESUMO

Esta pesquisa visa apresentar um estudo de caso a partir da documentação museológica do Núcleo de Estudos Açorianos, da Universidade Federal de Santa Catarina. Traçando os conceitos de documentação museológica e a perspectiva do objeto como documento, este estudo tem como objetivo geral subsidiar os procedimentos documentais em museus, utilizando-se de teorias e práticas para dar suporte argumentativo à pesquisa. Partindo disso, esta pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, além dos procedimentos apresentados por uma seleção de autores, tais como Camargo-Moro (1986) e Cândido (2006). Como resultado, trouxemos reflexões essenciais para o campo, bem como a sugestão de algumas ferramentas para auxílio da documentação.

Palavras-chave: Documentação museológica; Acervos museológicos; Ficha de catalogação; Museologia; Núcleo de Estudos Açorianos.

ABSTRACT

This research aims to present a case study based on museological documentation of the Azorean Studies Center, at the Federal University of Santa Catarina. Tracing the concepts of museological documentation and the perspective of the object as a document, the general purpose of this study is to subsidize documentary procedures in museums, using theories and practices to provide argumentative support to research. From that, this research was carried out with a qualitative approach, using bibliographic and documentary research, in addition to the procedures presented by a selection of authors, such as Camargo-Moro (1986) e Cândido (2006). As a result, we brought essential reflections to the field, as well as the suggestion of some tools to aid the documentation.

Keywords: Museum documentation; Museum collections; Cataloging sheet; Museology; Azorean Studies Center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ficha de catalogação descritiva, criado por Yvone Oddon (1968)	29
Figura 2 - Informações mínimas de uma ficha de registro, conforme Regina Real (1958).....	32
Figura 3 - Gráfico apresentando a situação de registro do acervo de museus.....	38
Figura 4 - Gráfico apresentando os instrumentos para registro mais usados em museus.....	39
Figura 5 - Modelo de ficha de catalogação.....	54
Figura 6 - Sede do Núcleo de Estudos Açorianos.....	65
Figura 7 - Mapeamento Cultural da cultura de base açoriana do litoral de Santa Catarina.....	67
Figura 8 - Apresentação cultural no 12º AÇOR em Barra Velha (SC), 2005.....	68
Figura 9 - Exposição “No tempo do Divino”, disponibilizada para visitação em 2017.....	70
Figura 10 - Exposição “No tempo do Divino”, disponibilizada para visitação em 2017.....	71
Figura 11 - Centro Histórico Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores).....	73
Figura 12 - Edifícios localizados no bairro Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (SC).....	74
Figura 13 - Bandeiras do Divino utilizadas na Festa do Divino Espírito Santo, em São José (SC).....	76
Figura 14 - Coroa, salva e cetro.....	77
Figura 15 - Fotografia retratando um momento da Procissão do Senhor dos Passos, em 2004, Florianópolis.....	78
Figura 16 - Acervo em exposição, do Museu Etnográfico Casa dos Açores.....	80

Figura 17 - Boneca caracterizada com o capote/capelo. Acervo Núcleo de Estudos Açorianos.....	80
Figura 18 - Tabela de levantamento do acervo iconográfico.....	83
Figura 19 - Tabela de levantamento do restante do acervo.....	84
Figura 20 - Tapa de vasilha.....	85
Figura 21 - Tapa de vasilha.....	85
Figura 22 - Local onde foi encontrado o acervo iconográfico, em 2014.....	86
Figura 23 - Ficha de diagnóstico do acervo fotográfico do NEA.....	88
Figura 24 - Esquema explicando o sistema de numeração criado em 2014.....	89
Figura 25 - Sistema de numeração criado para identificar os objetos tridimensionais.....	90
Figura 26 - Fotografias no álbum. Acervo Núcleo de Estudos Açorianos.....	91
Figura 27 - Miniatura de flâmula da Prefeitura Municipal de São José.....	92
Figura 28 - Miniatura de flâmula da Prefeitura Municipal de São José.....	92
Figura 29 - Miniatura de flâmula do Grupo Folclórico da Casa de Portugal, São Paulo.....	93
Figura 30 - Miniatura de flâmula do Grupo Folclórico da Casa de Portugal, São Paulo.....	93
Figura 31 - Peças com descrições errôneas apresentadas na ficha, ao lado percebe-se descrição correta conforme investigações.....	94
Figura 32 - Peças com descrições errôneas apresentadas na ficha, ao lado percebe-se descrição correta conforme investigações.....	94
Figura 33 - Objeto representando alguns elementos da manifestação Boi de Mamão.....	95
Figura 34 - Fotografia condicionada em papel	100
Figura 35 - Esquema esclarecendo o sistema de numeração.....	102
Figura 36 - Esquema esclarecendo o sistema de numeração.....	102
Figura 37 - Ficha de catalogação do acervo museológico do NEA	106
Figura 38 - Instrumento para localização do acervo museológico no NEA.....	109

Figura 39 - Esquema explicando a altura, comprimento e largura.....	120
Figura 40 - Esquema explicando o diâmetro.....	121
Figura 41 - Esquema explicando o diâmetro.....	121
Figura 42 - Balança pesadora digital.....	122
Figura 43 - Balança digital de precisão.....	122

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ICOM	Conselho Internacional dos Museus
INBCM	Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARQUE	Museu de Arqueologia e Etnologia
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
OIM	Oficina Internacional dos Museus
SC	Santa Catarina
SECARTE	Secretaria de Cultura e Arte
SDM	Sistema de Documentação Museológica
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	20
2.1 BREVE HISTÓRICO DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO BRASIL	26
2.2 O OBJETO MUSEOLÓGICO COMO FONTE INFORMACIONAL	39
2.3 METODOLOGIAS E PRÁTICA ATUAIS	49
3. A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO NEA	57
3.1 HISTÓRICO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS.	60
3.2 ACERVOS MUSEOLÓGICOS DE HERANÇA CULTURAL AÇORIANA	71
3.3 DIAGNÓSTICO DO ACERVO DO NEA	81
4. ESTUDO DE CASO: A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO NEA	95
4.1 SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO NEA.....	99
4.2 FERRAMENTAS PARA NORMATIZAÇÃO.....	102
4.3 MANUAL PARA PREENCHIMENTO DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO DO NEA	111
4.3.1 Número do objeto	113
4.3.2 Outros números	114
4.3.3 Objetos relacionados	114
4.3.4 Nome do objeto	115
4.3.5 Modo de aquisição	116

4.3.6 Data de aquisição	116
4.3.7 Procedência	116
4.3.8 Localização	117
4.3.9 Autor	117
4.3.10 Material	118
4.3.11 Técnica de produção do objeto	118
4.3.12 Origem do objeto	119
4.3.13 Dimensões	119
4.3.14 Estado de conservação	123
4.3.15 Descrição do objeto	124
4.3.16 Histórico do objeto	125
4.3.17 Referências relacionadas ao objeto	125
4.3.18 Observações	126
4.3.19 Informações do registro da ficha de catalogação	126
4.3.20 Informações do registro da ficha de catalogação	127
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXO I - Termo de empréstimo do acervo do NEA.....	138
ANEXO II - Termo de doação do acervo do NEA, elaborado pela autora.....	139
ANEXO III - Modelo de inventário elaborado para o acervo museológico do NEA.....	140
ANEXO IV - Manual para preenchimento do inventário desenvolvido para o acervo museológico do NEA.....	141
ANEXO V - Termo de cessão de uso de imagem.....	143

1 INTRODUÇÃO

Conforme a lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009 (BRASIL, 2013), museus são instituições voltadas para a conservação, preservação, investigação, comunicação, interpretação e exposição.

Estas áreas perpassam um campo comum entre si, compreendendo a salvaguarda da memória coletiva e/ou individual, podendo ser percebidas por meio das diversas atividades efetuadas ao longo da existência destas instituições, tais como a comunicação (exposições, ações educativas), a qual possui como propósito central realizar a disseminação de informações trabalhadas a partir da história defendida pelo museu, considerando que esta instituição auxilia como uma ferramenta informacional, gerando conhecimento conforme seu acervo e discurso.

Apesar disso, a preservação é uma das principais atividades dentro de uma instituição museológica, pois é a partir desta que outras podem ser realizadas, de forma que sua função social consiga ser minimamente alcançada,

a preservação é a função básica de um museu e que a partir dela estão subordinadas todas as outras, tais como coleta e estudo dos objetos e/ou espécimes da natureza; salvaguarda das coleções e/ou referências patrimoniais (conservação e documentação) e comunicação (exposição, educação e ação sócio-cultural) [...] (BRUNO, 2009, p.25).

Assim como suas ações, o acervo da instituição abrange grande responsabilidade em toda história e atividades do museu, pois o mesmo corresponde a ligação entre uma determinada realidade e o atual período.

De acordo com Botallo (1996, p.288), os acervos são “documentos que podemos considerar como fontes primárias: registros e testemunhos da existência do Homem e sua trajetória” e, portanto, devem ser preservados para serem pesquisados, questionados e expostos para as futuras gerações. E esses documentos não são preservados apenas ao serem guardados em local específico, os mesmos necessitam passar por processos de conservação, documentação e comunicação, os quais ocorrem, ou deveriam ocorrer dentro das instituições museológicas, após serem musealizados.

Estes processos não se dão simplesmente pela salvaguarda física do objeto, mas também pela salvaguarda informacional do mesmo, atividade que fica a cargo da documentação museológica dentro da instituição, que tem como intuito criar um sistema informacional museológico onde há controle e preservação do acervo.

Contudo, para criar um sistema de documentação museológica¹, deve-se refletir sobre uma série de pontos importantes para a instituição, considerando que este processo sempre deve ser pensado a longo prazo, e caso não ocorra, pode gerar muitos problemas posteriormente, tais como perda de acervo dentro da própria instituição.

E assim como as instituições museais, outros locais que também possuem a função de salvaguardar a memória tem problemas

1 O Sistema de Documentação Museológica corresponde a um sistema de recuperação de informação, sendo voltado especificamente para os acervos museológicos, dando a possibilidade de torná-los fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (FERREZ, 1991)

semelhantes, como é o caso do Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina (NEA/UFSC).

Sendo um órgão ligado à Secretaria de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina, o Núcleo de Estudos Açorianos foi fundado em 1984 por conta da necessidade de realização de pesquisas que envolvessem a cultura de base açoriana, e posteriormente, começou a realizar trabalhos para a comunidade como palestras e cursos. Ao longo de sua trajetória, o NEA recebeu doação de uma série de objetos que carregam memórias de um evento, de homenagem a seu trabalho, de uma cultura de base açoriana.

A partir de experiências obtidas por meio dos estágios não obrigatório - ocorrido a partir do segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2019 - e obrigatório - realizado no segundo semestre de 2019 -, neste mesmo local, houve uma confrontação entre o conhecimento da documentação museológica ensinado durante a trajetória da graduação e a prática desta atividade – onde realizei comparações entre as teorias da documentação museológica e a realidade ali presente no espaço –, que se mostrou enriquecedora, de modo que pude melhor entender o conteúdo disseminado.

Durante o período que compreende o segundo semestre de 2016 ao segundo semestre de 2019, realizei o arrolamento do acervo - que atualmente conta com mais de quatro mil peças - e o diagnóstico do mesmo, juntamente com a ex-estagiária Regina Lira, atual historiadora. A partir desse movimento, destacou-se todos os problemas relacionados à ausência de um único tratamento informacional para todo o acervo, isto é, a criação de um único sistema de documentação museológica, considerando todo o acervo que o NEA tenha ou possa vir a ter.

Dentre os problemas observados por meio do diagnóstico, muitos dos objetos possuíam numerações repetidas, ou então seguiam um padrão diferente, onde um elemento foi adicionado à numeração, criando dois sistemas de documentação museológica. Estes problemas podem causar consequências graves, podendo levar a perda informacional, e conseqüentemente, o não aproveitamento de todas as dimensões que os objetos museológicos têm a oferecer.

Portanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como intuito refletir sobre como criar e manter uma unidade de tratamento da informação no sistema da documentação museológica, destacando a importância de manter uma padronização ao alimentar estes sistemas.

Então, seguindo a necessidade de haver protocolos, normatizações e padronizações em sistemas de documentação museológica, este trabalho busca discutir a relevância da existência destes métodos para que o sistema de documentação funcione de forma correta, e sejam perdidas o mínimo de informações durante o processo, baseando-se diretamente em dados encontrados a partir do Núcleo de Estudos Açorianos.

Tendo como objetivo geral subsidiar os procedimentos documentais em museus, utilizando-se de teorias e práticas para dar suporte argumentativo à pesquisa. Para que este seja concretizado, a pesquisa foi dividida em três objetivos específicos: 1) Refletir sobre o papel da documentação museológica e sua importância no contexto informacional dos museus, tendo como base a experiência obtida no Núcleo de Estudos Açorianos; 2) Apresentar um histórico relacionado ao tratamento de informação a que se refere o sistema de documentação do Núcleo de Estudos Açorianos; e 3) Sugerir um manual de procedimentos

para a documentação museológica do acervo do Núcleo de Estudos Açorianos, a partir das necessidades da documentação museológica e das experiências obtidas.

A partir disso, o presente trabalho se aporta como metodologia, uma abordagem qualitativa, onde se pretendeu contabilizar e analisar problemas que envolvem a negligência em relação à alimentação e padronização do sistema de documentação, tendo como estudo de caso o acervo museológico do NEA.

Sendo um trabalho principalmente feito a partir de pesquisa bibliográfica e documental, com intenção de análise do material que foi levantado de acordo com a própria no processo de documentação museológica, utilizado pelo NEA para controle do acervo, elencando elementos que estão fora do padrão definido durante as escolhas referentes ao sistema de documentação. Durante essas atividades, realizei uma análise daquilo que foi levantado, salientando os pontos que se referem à padronização e à importância da mesma na documentação museológica, realizando comparações com o que é estabelecido pelas normas universais e por autores já citados da área.

A pesquisa bibliográfica será a base de todo o trabalho, portanto, a mesma possui importância extrema para a realização deste TCC e ganho de experiência própria na área, trazendo uma visão e pensamento críticos quanto à documentação museológica, e suas dificuldades atuais.

Com base na pesquisa bibliográfica, o primeiro capítulo do presente trabalho terá o intento de discutir sobre a documentação museológica, primeiramente buscando trazer um breve histórico da documentação museológica, posteriormente trazendo questões relacionadas ao objeto museológico como fonte informacional, elencando

a importância da documentação para a preservação da informação, e conseqüentemente, do objeto. E por fim, irei discorrer sobre as metodologias e práticas atuais da documentação museológica.

No segundo capítulo, iniciará a discussão sobre a documentação museológica aplicada ao NEA, trazendo pontos relevantes sobre a criação desta documentação na instituição. E para isso, apresenta-se um histórico do NEA no que se refere às atividades de documentação museológica que ocorreram anteriormente ao atual sistema de documentação. A partir do tópico anterior, discorreremos sobre os acervos com a temática da cultura de base açoriana presente em Santa Catarina, e por fim, o assunto terá como enfoque o diagnóstico do acervo do NEA

O terceiro capítulo, tem como intuito trazer algumas ferramentas para nortear as ações de documentação museológica dentro das instituições, buscando provocar reflexões referentes à necessidade de criação destes instrumentos. A partir disso, o capítulo se inicia com a descrição e discussões referentes ao sistema de documentação museológica do NEA, partindo então, para discorrer sobre ferramentas de normatização direcionado para este sistema. A terceira parte deste capítulo apresentará uma proposta de manual direcionado à documentação museológica do Núcleo.

2 A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

O ato de preservar a informação, se expressa nas mais diversas dimensões existentes na sociedade, cada uma delas tendo suas próprias perspectivas sobre o que preservar, para o quê preservar e para quem preservar. No âmbito museológico, a preservação engloba todas as ações

que possuem o propósito de documentar, pesquisar, conservar e comunicar, ações que sempre interdependem umas das outras para que a instituição museal realize sua função social na comunidade em que está inserida.

A memória coletiva e/ou individual possui relação direta com as instituições museais, podendo ser expressada por meio da materialidade do acervo do qual a instituição possui, bem como também a partir dos saberes e fazeres realizados e promovidos pela própria instituição, como a articulação da Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, no caso do Núcleo de Estudos Açorianos. Estas memórias oferecem variadas possibilidades para que a instituição cause curiosidade e instigação nos públicos que “consumem” estas memórias apresentadas pelos museus, com ajuda de outras ações que são realizadas dentro destes espaços.

Essas atividades são voltadas principalmente para a preservação da informação, da qual o objeto museal traz consigo, considerando que o mesmo é ressignificado após ser musealizado, processo que destaca a necessidade do objeto passar por um processo investigativo e de classificação, para então se tornar um objeto semióforo (CÂNDIDO, 2006), sendo este “[...] objeto que não tem mais utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (POMIAN, p.71, 1984).

Ao ser investigado, o objeto museológico evidencia sua potencialidade como fonte de informação, levando a possibilidade de também considerar as instituições museológicas como locais de pesquisa e produção do conhecimento, “não se pode desconhecer a sua função

investigativa e a gama de possibilidades de estudos que seus acervos oferecem, em diferentes áreas” (CHAGAS, 2009, p.96).

O ato de investigar perpassa por processos baseados em indagações e pesquisa em fontes bibliográficas, iconográficas. Para Barreto (1994), a produção do conhecimento ou da informação,

[...] definida por nós como estruturas significantes, operacionaliza-se através de práticas bem definidas e se apoia em um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica que lhe é específica; representa atividades relacionadas à reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento de informação. Todas essas atividades orientam-se para a organização e controle de estoques de informação, para uso imediato ou futuro. (BARRETO, 1994, p. 02)

Partindo destes procedimentos, a informação pode ser reunida e disseminada pelos meios comunicacionais que as instituições museais possuem, tais como as exposições, publicações, disponibilidade das informações referentes ao acervo através da internet, ações educativas, entre outros.

Considerando que cada instituição possui uma tipologia específica, a variedade relacionada a tipologia do acervo pode ser ampla e desafiadora em alguns sentidos, mas cada acervo deve ou deveria passar por um processo de pesquisa, sendo “possível identificar dois níveis de trabalho investigativo: a documentação museológica e a pesquisa propriamente dita” (CHAGAS, 2009, p.97).

Assim como a pesquisa já citada, uma das atividades que ocorrem em simultâneo com outras, é a documentação de acervos museológicos, ou documentação museológica, como Chagas (2009) se referiu. E apesar de que o Museu, a Biblioteca e o Arquivo sejam apresentados como locais

que possuem documentação com o mesmo propósito e função, estes não funcionam da mesma maneira, a documentação museológica é entendida como uma ferramenta para organizar a informação referente a especificamente acervos museológicos, sendo um sistema criado para atender as necessidades informacionais deste campo.

Para Ferrez (1991, p.01), a documentação de acervos museológicos é entendida como um

[...] conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar [...] as coleções dos museus em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

Sendo um sistema de tratamento da informação em museus, a documentação museológica deve ou deveria estar entre uma das prioridades destas instituições, pois a mesma pode oferecer um melhor entendimento sobre o próprio contexto temático que a instituição possui ou construiu ao longo de sua existência.

Ferrez (1991), se refere a este processo como um sistema de documentação museológica, considerado como um sistema de recuperação de informação, tendo a funcionalidade de “estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, isto é, fazer com que estes, através de informações relevantes, transformem suas estruturas cognitivas ou os conjuntos de conhecimentos acumulados” (FERREZ, 1991, p. 04). Para isso, o sistema de documentação museológica deve identificar e manipular o maior número possível de categorias de informação para a recuperação da mesma (FERREZ, 1991).

A introdução do termo “sistema” indica algumas ideias que podem ser notadas, tais como a importância de metodologias, esquemas e etapas a serem seguidas de forma sistemática, como pode ser observado em uma proposta de sistema, publicado no *Sistema de Documentación para Museos* (PORTA; MONTSERRAT; MORRAL, 1982), característica que também foi observada por Cerávolo e Tálamo (2000). Nesse sentido, podemos nos referir ao Sistema de Documentação Museológica (SDM), é um processo de documentação museológica onde visa criar um sistema, uma “disposição de partes ou dos elementos de um todo, coordenadas entre si, e que funcionam como estrutura organizada” (FERREIRA, 1999, p.1865), ou seja, um grupo de ações que funcionam como rede.

Para Loureiro (2008, p.28-29), a documentação museológica “é, sobretudo no âmbito museológico, integrar em conjuntos significativos as tradições, diferenças e dispersões que caracterizam as ciências, saberes e discursos contemporâneos em benefício dos mais diferentes grupos sociais” (LOUREIRO, 2008, p.30). Contudo, ela não deve ser pensada como a principal ou a mais importante ação a ser realizada nas instituições, “mas deve ser concebida como um processo educativo e comunicativo que estará engajado à uma concepção de Educação e de Museu” (NASCIMENTO, 2009, p. 37).

Considerando que este processo contínuo deve sempre estar associado a um olhar para além da sua materialidade, buscando trazer representação destes acervos em outros contextos, e, portanto, não deve ser entendida como um banco de dados de informações que não comunicam nada. Sendo então, um sistema de tratamento informacional que deve ser criado para atender os públicos que utilizam este mesmo, seja para alimentar - museólogos e profissionais que trabalharão com

documentação museológica na instituição - ou aqueles que utilizarão para consultar.

Portanto, a documentação museológica deve estar ligada a dois aspectos, o primeiro é voltado para a relevância do objeto como documento e suporte de informacional, e a segunda, para a eficiência em seu gerenciamento (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000). Estas duas questões são essenciais para nortear a elaboração da documentação museológica em uma instituição, buscando principalmente evitar a ausência de algum campo informacional, especificamente os pontos básicos, tais como informações extrínsecas e intrínsecas.

Então, é evidenciado a necessidade de haver protocolos, normatizações e padronizações durante o processo de documentação,

[...] é preciso estabelecer um sistema de documentação apropriado para o acervo do museu alvo ou conjunto dos museus, baseando-se em estruturas técnicas gerais e especializadas, bem como estabelecendo uma série de convenções. Estas convenções são essenciais em todo desempenho do trabalho, pois permitem uma padronização básica essencial. (CAMARGO-MORO, 1986, p. 41).

No desenvolvimento dos processos documentais museológicos, existe uma sucessão de convenções que podem ser determinadas, seguindo a especificidade da necessidade informacional e estrutural de cada instituição museal.

E com o propósito de discutir a compreensão relacionada à documentação museológica e sua importância no âmbito museológico, este capítulo é desenvolvido destacando pontos relevantes para o campo da museologia no que diz respeito a sistematização dos processos que envolvem a documentação de acervos museológicos.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO BRASIL

A documentação museológica representa um processo muito presente desde a criação dos museus, considerando que a mesma é tão antiga quanto os museus (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000, p. 241), apesar de não ter acompanhado o crescimento destas instituições, desenvolveu-se de forma mais lenta, sendo considerada uma atividade corriqueira durante muitas décadas nestes espaços. Vale ressaltar que o termo “documentação” só passa a ser utilizado a partir do século XX, portanto, esta atividade é referenciada como “registro” inicialmente, passando a ter outras denominações também, tais como catalogação.

Segundo Yassuda (2009), o campo da documentação inicia sua jornada nas áreas da arquivologia e biblioteconomia, neste momento sendo tratada como um simples inventário com campos informacionais mais básicos e direcionados para os acervos desses locais. Posteriormente, passa a ser desenvolvido em coleções no século XVI, coleções marcadas pela diversidade de temas e objetos, dos quais eram agrupados em publicações ou documentos parecidos, e classificados conforme seu tipo de material, tamanho, entre outros. A partir dessa metodologia de classificação, houve um desenvolvimento nestes sistemas no século XVII, sendo ampliado para os acervos dos Museus. No século XVIII, as coleções são reordenadas sistematicamente por seções conforme suas características, neste momento já inicia o movimento para criação de ferramentas que possam auxiliar na documentação, “surtem os primeiros métodos de documentação manual para fichas, sistematização, identificação e guias” (YASSUDA, 2009, p. 30).

Com a abertura dos museus ao público e um movimento de doação e compra de muitas coleções para estes espaços no século XIX, a documentação passa a ser uma das atividades centrais, com intuito de ter controle sobre seus acervos. A partir deste momento, inicia-se um conjunto de ações para criação de um organismo internacional voltado para a documentação (YASSUDA, 2009).

Em 1927, é criada a Oficina Internacional de Museus (OIM), com sede em Paris, que passou a realizar publicações na revista *Mouseion* (YASSUDA, 2009), com a temática voltada para a área da museologia, também contribuindo em muito para o desenvolvimento da documentação em museus. Mesmo sendo um organismo que pareceu promissor, tendo a intenção de ser um centro de documentação que incentiva “o caráter enciclopédico e pedagógico dos museus” (YASSUDA, 2009, 32), o OIM deu início a um trabalho de unificação dos catálogos - publicações das quais eram realizadas pelos museus para divulgação dos seus acervos -, mas considerando que estes catálogos eram divergentes entre si devido às especificidades de cada coleção, gerou muitas discussões e opiniões divergentes, conforme aponta Yassuda (2009).

Essa proposta de unificação foi aplicada por um determinado tempo, mantendo o controle dos catálogos, mas a atividade não durou muito, pois foi-se percebendo que não havia mais possibilidade de mantê-lo por conta das especificidades de cada museu, que estavam sendo prejudicadas pela padronização criada pela OIM, tendo em vista que isso pode fazer com que informações relevantes sejam perdidas

A padronização encontra espaço em determinada etapa da documentação, ou seja, no uso da linguagem controlada. No entanto, a partir do momento em que o museu perde parte de sua identidade ou tem seu processo comunicacional prejudicado pela padronização, ela passa a ser um problema. (YASSUDA, 2009, p. 33)

Já em 1946, houve a criação do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), órgão não-governamental que substituiu a Oficina Internacional de Museus. Sendo vinculado a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), atualmente realiza um trabalho baseado na troca de informação dentro do campo do patrimônio, visando a elaboração de mecanismos que protejam e promovam as instituições museais, incluindo os pontos de memória, como também produzindo publicações, boletins, encontros internacionais. Um dos marcos de muita relevância no campo museológico, principalmente no que se refere a documentação museológica, foi o desenvolvimento e publicação da *Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus*.

A partir do ICOM, surgiu o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), esta ramificação foi criada em 1950, por profissionais ligados ao grupo que fundou o ICOM, “o CIDOC herdou a preocupação já existente com a necessidade de padronização da informação em catálogos de acervos [...] da recém-extinta Oficina Internacional de Museus (1927-1945)” (COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, 2014, p. 12).

Em 1960, o CIDOC realizou um conjunto de atividades a fim de criar modelos padronizados de fichas catalográficas e legendas para

identificação de objetos (CERÁVOLO, 1998), tais como a ficha classificatória polivalente (Figura 1), criado por Yvone Oddon, denominado “polivalente” por ter sido desenvolvida para ser utilizada por vários museus. Yvone Oddon, foi uma das principais profissionais do CIDOC a moldar os primeiros passos deste comitê no campo dos museus.

Figura 1 - Ficha de catalogação descritiva, criado por Yvone Oddon (1968)

1 Nº do objeto	4 Classificação	5 Localização no museu
2 Instituição		
3 Proprietário		
6 Local de origem		
7 Nome do objeto ou da espécie.		
8 Nome do autor ou classe, ordem, família, gênero		
9 Materiais		
10 Descrição, técnicas, título (se houver), assinatura, dimensões		
11 Data, modo, fonte e lugar de aquisição		
12 Preço pago, avaliação, data (se houver).		
13 Coletor, missão		
14 Grupo cultural ou étnico.		
15 Função, uso, utilização.		

16 Cronologia; dúvidas acerca da autenticidade	
17 Estilo, escola, influências representadas	
18 História.	
19 Conservação, restauração, notas museográficas.	
20 Documentação	Código do museu.
Técnico responsável pela ficha:	Negativo.

Fonte: Camargo-moro, 1986.

Apesar do ICOM ser um meio de troca de informações e desenvolvimento de atividades, muitas dessas técnicas criadas pelos comitês, como o CIDOC, foram implantadas de forma lenta nos museus brasileiros. (CERÁVOLO, 1998).

Posteriormente, a partir de 1967, surgem as técnicas informatizadas direcionadas para a documentação de museus, apontando-se como uma grande solução para todos os problemas (CERÁVOLO, 1998, p. 26). Apesar das altas expectativas após sua implementação, em 1976, foi evidenciado que a informatização da documentação alcançava funções de armazenamento, organização e comunicação dessas informações de forma rápida, sem que pudesse deixar de realizar o desenvolvimento da documentação em si, que ainda exige que seja feita de forma manual. Na década de 1990, as discussões passam a ser voltadas principalmente para o controle terminológico da documentação, “quando são enfatizadas as questões referentes ao controle de vocabulários e as terminologias descritivas” (YASSUDA, 2009, p. 36).

No Brasil, houve alguns trabalhos relevantes na área da documentação museológica, tais como o de José Valladares, realizado no

Museu do Estado da Bahia, o atual Museu de Arte da Bahia. Valladares trabalhava em muitas frentes do museu, duas delas sendo a classificação das coleções e catalogação, termos que foram apresentados como atividades diferentes entre si, como é trazido por Ceravolo (2011). Em 1946, José Antônio do Prado Valladares lança o livro *Museus para o povo: um estudo dos museus norte-americanos*, contudo, “Nele, no que diz respeito à documentação, apresenta recomendações dos registros às etiquetas postas nos objetos em exposição” (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 03).

Ainda neste mesmo ano, Gustavo Barroso lança o livro *Introdução à Técnica de Museus* (1946), do qual influenciou gerações de profissionais e museus (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007).

No Brasil, destacam-se Gustavo Barroso, Diretor-fundador do Museu Histórico Nacional, autor, além de outros trabalhos notáveis, da “Introdução à Técnica de Museus” obra em 2 volumes, em que o primeiro trata da - Parte Geral e Parte Básica - e o segundo da - Parte Especializada. Nesse trabalho, o primeiro no gênero, encontramos o estudo sistematizado e noções de todos os objetos integrantes do acervo de museu de história. (LUDOLF, 1952, p.198)

Além deste, podemos citar *O Museu - órgão de documentação*, de Florisvaldo dos Santos Trigueiros, de 1955 (TRIGUEIROS, 1955), que é voltado para o histórico da formação dos museus, conforme esboça Ceravolo e Tálamo (2007). Posteriormente, Regina Monteiro Real publica o livro *O Museu Ideal* em 1958, apresentando as informações mínimas que devem ser apresentadas na ficha de registro (Figura 2), tais como o número, título, autor, entrada, dimensão e peso, conservação, localização e fotografia (REAL, 1958).

Figura 2 - Informações mínimas de uma ficha de registro, conforme Regina Real (1958)

5) *Ficha de registro* - Eis o mínimo que deve ter uma ficha.

N ú m e r o { inventário
coleção categoria etc

S e c ç ã o caracteres descritivos

T í t u l o

A u t o r - Biografia, etc

Entrada { aquisição
doação
permuta

Dimensão e peso

Conservação

Localização { Exposto - galeira salas mos
truário
Em depósito - trainel gawe
ta

Fotografia

Fonte: Real (1958, p.28)

No final do ano de 1975, a partir de um projeto para o Ministério da Educação e Cultura, houve um estudo estrutural de fichamento básico para os acervos dos museus brasileiros, com base no levantamento dos acervos que estava ocorrendo desde 1971,

A ideia que já havíamos proposto em 1975 (Diagnóstico dos Museus Brasileiros) era testar diversas categorias de fichas para uso nos nossos museus, inicialmente de acordo com dois tipos

básicos de especialização: 1- os objetos feitos pelo homem; 2 -os objetos não feitos pelo homem. [...] Seriam fichas básicas, glossários correspondentes, e que provocariam de forma simples e democrática uma sistematização geral. (CAMARGO-MORO, 1986, p. 208)

Depois de um tempo, o projeto teve que ser abandonado por conta da nova orientação do governo, posteriormente a atividade foi retomada em uma iniciativa semelhante de 1980 à 1983, desta vez sendo direcionada apenas para museus do Estado do Rio de Janeiro (CAMARGO-MORO, 1986). De acordo com a autora, a iniciativa gerou resultado razoável, “não só no barateamento de custo, [...] como também por haver permanentemente material disponível adequado, objetivo, e por motivar a sistematização da linguagem” (CAMARGO-MORO, 1986, p. 208).

Oliveira Junior (2014) salienta a elaboração e publicação *Manual de Levantamento de Acervo Museológico* em 1977, fruto de um projeto pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, assim como a elaboração de uma ficha catalográfica. Este manual tinha como propósito auxiliar no preenchimento dessas fichas, sendo fragmentado em 11 (onze) partes: Introdução; Assuntos; Temas; Guia de Preenchimento; Siglas dos Estados; Codificação dos Museus do Recife; Codificação dos Museus de Natal; Codificação dos Museus de João Pessoa; Codificação dos Museus de Maceió; Adendo; e Exemplar de Ficha Preenchida. (OLIVEIRA JUNIOR, 2014)

Em 1986, Fernanda Camargo-Moro, publica o livro *Museu: Aquisição-Documentação*, trazendo uma variedade de ferramentas para desenvolvimento da documentação nos museus, onde a mesma se baseia muito do que havia sido produzido pelo ICOM, em especial por Yvone

Oddon (1902–1982) e Georges Henri Rivière² (1897-1985), ambos sendo personalidades renomadas no campo da documentação. Esta publicação trouxe muitos pontos positivos para o campo, se tornando uma das referências para a área da documentação museológica.

Conforme Camargo-Moro, naquele momento haviam dois aspectos que a mesma queria discutir em sua publicação, o primeiro sendo “a aquisição desenfreada e indiscriminada de acervo, portanto, não seletiva” (CAMARGO-MORO, 1986, p.13), e o segundo é compreendido como “a má interpretação desta herança através de sistemas de documentação insuficientes que não permitem a análise de profundidade e decorrente a expansão de conceitos, nem mesmo a própria conservação e segurança destes acervos” (CAMARGO-MORO, 1986, p.13). Essa passagem evidencia uma realidade a qual estava muito presente nos museus brasileiros, tendo em vista que outros lugares, como a Europa, desenvolveram-se de forma mais rápida.

Assim como Camargo-Moro, Helena Ferrez e Maria Bianchini, também introduzem uma nova ferramenta para auxiliar na documentação, introduzindo o *thesaurus* em suas duas publicações, denominadas *Thesaurus para Acervos Museológicos*, em 1987, “com o objetivo de tornar a recuperação de informação mais eficiente” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 16). Evidenciando uma preocupação maior com o vocabulário controlado no processo de documentação museológica.

2 Rivière foi propulsor da Nova Museologia, bem como ocupante da cadeira de diretor do ICOM no final dos anos 1940, e posteriormente, em 1965, como conselheiro permanente. (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2006)

Alguns anos depois, Helena Ferrez publica o texto *Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática* (FERREZ, 1991), se tornando uma referência para o campo da documentação museológica, assim como a publicação de Camargo-Moro (1986).

Segundo Yassuda (2009), durante os anos 1990, a documentação atual dos museus brasileiros e as discussões referentes a este campo, estavam voltadas para a criação de um sistema de informação, onde a padronização foi trabalhada em dois elementos, o catálogo e a linguagem utilizada, “não há recomendações quanto à criação do sistema ou um modelo a seguir, o que existe é uma troca de experiências entre instituições museológicas e uma pesquisa baseada em projetos que deram certo” (YASSUDA, 2009, p. 39).

Essa troca de experiência facilitou em muito no desenvolvimento da documentação nos museus, sendo também um dos objetivos do CIDOC, do qual proporcionou encontros internacionais para discussão das necessidades atuais dos museus.

Apesar deste movimento em que o ICOM gerou, não podemos negar que o CIDOC/ICOM realizava suas atividades de forma distante em relação ao Brasil, das quais obtiveram poucos efeitos colaterais na dimensão dos campos dos museus brasileiros (YASSUDA, 2009). Apesar disso, durante os encontros criados pelo ICOM, muitas experiências foram compartilhadas, e uma delas foi a criação de um sistema de informatização em 1990, denominado como Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes - SIMBA. Este sistema tinha três objetivos:

Recatalogar aproximadamente 16 mil obras do Museu Nacional de Belas Artes, visando atualizar as informações de seu acervo;

Elaborar um Manual de Catalogação, estabelecendo normas para se catalogar acervos compostos por gravuras, desenhos, pinturas e esculturas;
Aperfeiçoar o banco de dados para o ambiente gráfico Windows, permitindo a utilização de acentuação e inclusão de imagens nos registros. (GEMENTE, 2015, p. 128)

Em 1995, o sistema passa a ser utilizado por vários museus quando surge a proposta de ceder o sistema informatizado para outras instituições das quais tinham coleções semelhantes (YASSUDA, 2009), e o *Manual de Catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras* de Helena Ferrez e Maria Peixoto (1995), foi também um dos objetivos do Projeto SIMBA, para auxiliar na compreensão deste sistema.

Além dos autores apresentados, outras personalidades também estão envolvidas nas discussões referentes à documentação museológica, tais como Rosana Nascimento (2009), Suely Ceravolo (2011), Maria Tálamo (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007), Johanna Smit (2008), esta, se referindo a documentação museológica como documentação de suportes informacionais (SMIT, 2008), Novaes (2000), Renata Padilha (2014).

A partir daí, com a facilidade de comunicação proporcionada pela internet, os museus do mundo todo concretizaram um meio comunicacional, resultando na tradução e disponibilidade de algumas publicações geradas a partir das atividades do ICOM, tais como a publicação, *Como gerir um museu* (ICOM, 2004), onde traz um compilado de trabalhos referentes à área dos museus, que entre eles, estão dois textos que buscam promover elementos necessários para se realizar a documentação museológica.

Um dos marcos importantes neste período, é a instituição da Legislação sobre museus, em específico a Lei 11.904 de 14 de Janeiro de 2009, quando há o reconhecimento legislativo do museu, trazendo também elementos referentes a documentação, conforme esboça no Artigo 39, da subseção IV,

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1o O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2o Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

O reconhecimento jurídico da documentação museológica salienta a necessidade deste processo estar no quadro de necessidades dos museus, ainda que estas instituições venham sofrendo um sucateamento enorme a algum tempo, é preciso compreender que a documentação direciona as instituições para vertentes mais consolidadas e repletas de possibilidades.


Posteriormente, em 2011, o IBRAM realiza a publicação do *Museus em Números*, sendo ele o resultado de uma pesquisa desenvolvida a partir do Cadastro Nacional de Museus, disponibilizando informações sobre localização, acervo, acesso ao público, serviços oferecidos e caracterização física de todos os museus brasileiros mapeados.

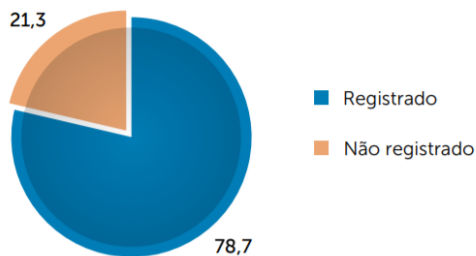
A publicação é fruto da ação de uma equipe multidisciplinar, [...] que se comprometeu a enfrentar o desafio de processar e analisar 545 variáveis que pudessem ser decodificadas em informações claras e objetivas para o setor museal; desse total, optamos por trabalhar com 337 variáveis, apresentadas em frequências simples e

cruzadas, oriundas de respostas autodeclaradas, prestadas por 1.500 instituições ao questionário do CNM. (IBRAM, 2011, p. 16)

Conforme exposto, cerca de 78,5% dos museus declararam realizar algum tipo de registro do acervo, sendo que 75% afirmaram que possuíam nada mais que um número aproximado dos objetos que faziam composição do acervo, essa distorção “deve-se ao fato de que alguns museus possuem inventários atualizados de suas coleções, podendo informar com exatidão o número de bens preservados” (IBRAM, 2011, p. 80), outro ponto a se considerar é que muitos museus apresentavam dificuldades quanto a realização dessa atividade.

Figura 3 - Gráfico apresentando a situação de registro do acervo de museus

 GRÁFICO 13 - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO SITUAÇÃO DE REGISTRO DO ACERVO, BRASIL, 2010

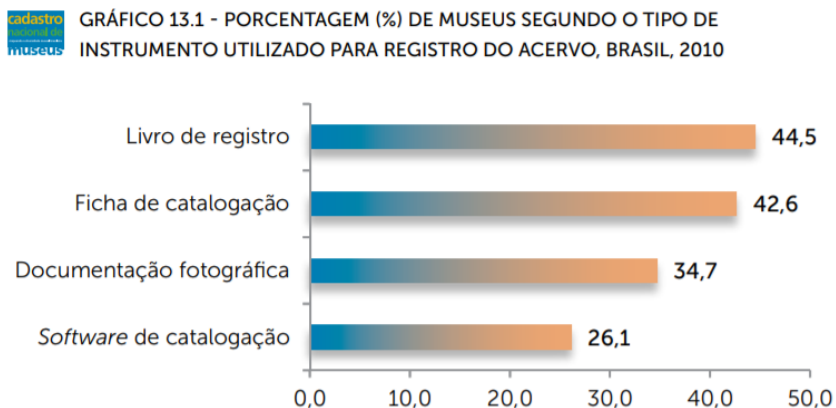


FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

Fonte: IBRAM, 2011, p. 80

Com base nisso, as formas de registros mais usadas são o livro de registro e a ficha catalográfica, enquanto isso, os *softwares* de catalogação se apresenta como o menos utilizados nas instituições.

Figura 4 - Gráfico apresentando os instrumentos para registro mais usados em museus.



FORNTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

Fonte: IBRAM, 2011, p. 81

2.2 O OBJETO MUSEOLÓGICO COMO FONTE INFORMACIONAL

Nos dias atuais, a informação é um elemento que possui uma presença muito abrangente no cotidiano das sociedades de um modo geral, considerando que os meios comunicacionais ampliaram seu alcance por meio das novas ferramentas comunicacionais, tais como o *Facebook* e o *Twitter*.

Considerando que a informação consiste em emissor ou gerador da mensagem, receptor ou destinatário da mensagem, e um canal comunicacional, quase em toda história da humanidade, a informação esteve presente, sendo ela um aliado extremamente necessário para seu desenvolvimento.

Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo. (BARRETO, 1994, p. 01)

As diversas linguagens existentes são um exemplo de como a informação impulsionou a evolução humana, ocorrendo também o compartilhamento de informação, que acaba se tornando uma herança informacional, passando de geração para geração, tornando-se uma rede de conhecimentos gerados pela e para a comunidade. Para Barreto, a “informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive” (BARRETO, 1994, p. 01).

Atualmente, diversas áreas do conhecimento trabalham diretamente com a produção de conhecimento, com base na coleta e seleção da informação, cada um destes campos possuindo suas perspectivas e objetivos, criando uma rede de informações que se expandem à medida que se tornam alvo de pesquisas.

Grande parte das áreas do conhecimento que envolvem a informação, têm cada vez mais importância, tendo em vista que atualmente contamos com a rede de computadores, que alcança diversos locais do mundo e reúne uma quantidade exorbitante de informações dos mais variados assuntos possíveis.

Esse desenvolvimento cibernético trouxe diversas vantagens no que diz respeito ao compartilhamento de informação, dentre elas, pesquisas e saberes, que se tornaram questões de preocupação mundial.

O compartilhamento global de informação tem auxiliado em variados campos do conhecimento, onde é possível realizar pesquisas que vão para além de suas próprias áreas, direcionando para uma pesquisa com aspecto interdisciplinar, que em muitos casos, enriquece o conteúdo.

Para a Museologia, a interdisciplinaridade é essencial para compreender a complexidade existente nas instituições museais, bem como, para realizar as atividades que correspondem às competências destas instituições. E a busca de informações é muito recorrente neste campo, devido a demanda existente em relação aos seus acervos, exigindo que o trabalho se torne interdisciplinar, para o preenchimento das lacunas informacionais apresentadas pelos objetos museológicos.

Em acervos museológicos, a informação é criada a partir da decodificação do objeto, essas informações são divididas em intrínsecas e extrínsecas, a primeira pode ser deduzida a partir das características físicas do objeto, tais como dimensões e técnicas empregadas para sua produção, as extrínsecas se referem às informações obtidas a partir de outras fontes que não sejam o objeto, possibilitando conhecer os contextos que o objeto foi inserido (MENSCH, 1987).

Este processo de investigação com base em um objeto bidimensional e tridimensional não é unicamente uma atividade realizada pela Museologia, campos como a Arqueologia se utilizam da cultura material para compreender o que houve no passado humano, “por não poder contar mais com os atores sociais em cena, ela constitui a fonte primária da Arqueologia para o acesso ao passado da humanidade” (LIMA, 2011, p. 12).

Em casos como este apresentado, a materialidade se torna o objeto de estudo, considerando que o mesmo não apresenta informações

inscritas e algumas vezes não demonstra ser um objeto que esboça a sua função anterior.

Considerando que a instituição museal é o “lugar concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.64), o acervo detido pela instituição têm a principal função de ser um testemunho e/ou representante de uma memória, a partir do momento em que o mesmo é musealizado, sendo o acervo a “primeira responsabilidade de um museu, pois é através de sua aquisição, interpretação e dinamização que ele se comunica” (CAMARGO-MORO, 1986, p.17).

Esses testemunhos podem se expressar em várias dimensões, sejam objetos bidimensionais - quadros, mapas, desenhos - ou tridimensionais - móveis, louças, instrumentos musicais -, mas que podem ser evidenciados a partir de qualquer materialidade, cabe a instituição decidir se é importante ou não para o discurso que a instituição apresenta.

A materialidade, referente a aquela produzida pelo ser humano, nos acompanhou desde os primórdios, a “cultura material, indissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento, é onipresente no mundo [...]” (LIMA, 2011, p. 12). Cada objeto sempre foi culturalmente visto de formas diferentes, assim como suas atribuições recebidas ao longo de sua “vida”, como um casarão histórico que pode possuir funções variadas, ser valorizado historicamente em certos momentos e outros não passam apenas por um velho casarão.

Além de sempre ter acompanhado o desenvolvimento da humanidade, a materialidade foi e continua sendo manipulada da forma

que o sujeito quer, pois ele possui “uma característica, senão passiva, pelo menos submetida à vontade do homem. O objeto pode ser manipulado à nossa vontade e, se um gato não é um objeto, um gato cibernético pode sê-lo” (MOLES, 1972, p.16). Sendo passivo, o objeto pode tomar vários formatos nas divergentes dimensões que existem, como a econômica ou a humana, “A própria noção de objeto está ligada a uma semiótica, pois o objeto é manipulado conceitualmente a partir do nome que serve para designá-lo [...]” (MOLES, 1972, p.9).

Pela materialidade estar tão próxima ao cotidiano da humanidade, sua existência pode até conduzir à organização de uma sociedade e às relações que se dão nela, questões que são melhores expressadas por Gonçalves (2007, p. 21) quando se refere aos estudos simbólicos da antropologia simbólica.

[...] os objetos não apenas demarcam ou expressam tais posições e identidades, mas que na verdade, enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status.

A relação de conduzir uma lógica de sociedade pela materialidade é muito evidente em diversos momentos da história. Atualmente podemos perceber a partir do uso de objetos de alto valor econômico, que não estão só inseridos na dimensão capitalista, mas também na dimensão simbólica, principalmente no que se refere ao status seguindo os valores determinados por um coletivo.

Décadas atrás essa relação da materialidade e seu poder simbólico se deu por meio de objetos que possuíam algum vínculo com pessoas de status elevado, tendo características semelhantes entre eles, como a

presença de pedras ou metais considerados preciosos, assim como a construção detalhista de algumas peças. Valores que mudam em de tempos em tempos, que dependem da organização da sociedade.

E a existência de marcas de grife e o consumo dos produtos desta, é apenas uma reformulação da percepção de que tendo um determinado objeto, o status de uma pessoa dentro de uma organização humana, pode aumentar por conta do uso desses objetos que são valorizados por determinados coletivos.

Essa percepção persiste na dimensão das coleções, e até dos museus. Reunir um conjunto de objetos que possuem valores é comum para todas as pessoas, mas algumas agrupavam objetos que simbolizavam poder, causando o ilusionismo de uma figura poderosa nos olhos de outras pessoas. Gonçalves (2007, p. 24) explicita que “toda e qualquer ‘coleção’ pressupõe situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de idéias e valores e sistemas de classificação que as norteiam”.

E assim como os indivíduos, os museus brasileiros também tinham tendência em realizar a aquisição de objetos exóticos, raros e únicos aos olhos da sociedade da época, sendo instituições associadas “aos processos de formação simbólica de diversas modalidades de autoconsciência individual e coletiva no ocidente moderno.” (GONÇALVES, 2007, p.25), tornando-as instituições de poder, que legitimam e visibilizam a memória.

Em casos como coleções de valores históricos ou emocionais, estes objetos expressam uma relação entre o passado e o presente, o invisível e o visível. E portanto, é entendido como um testemunho material, onde a memória é lembrada por meio da propriedade material do objeto.

Este movimento de preservar o objeto para poder lembrar certas memórias não é recente. Desde o início da humanidade, houve a necessidade de criar suportes de memória para que o esquecimento seja evitado, visto que o mesmo faz parte do processo de formação de memória, assim explica Halbwachs (2006) no que tange a memória individual e coletiva, lembrar de tudo se torna impossível, principalmente à medida que ficamos mais velhos na dimensão cronológica de idade, portanto, é necessário esquecer para lembrar.

Para isso o ser humano passou a se utilizar da materialidade para evitar o esquecimento das memórias, é preciso atribuir memórias aos objetos para que as mesmas consigam superar a mortalidade humana. A materialidade passa a ser um “representante” de uma ou de várias dessas memórias, resistindo à passagem do tempo.

Um objeto, portanto, vai para além da sua própria materialidade, assumindo importantes funções na sociedade de forma que se torna um “ser social”, ganhando atribuições além da função que o “criou” ou de alguma que lhe foi dado. O objeto passa a ter uma bibliografia cultural - ou um conjunto de bibliografias - a partir do momento em que ele se torna uma propriedade material (KOPYTOFF in APPADURAI, 2008), “O que faz uma biografia ser cultural não é o assunto tratado, mas como e de que perspectiva ela aborda o assunto.” (KOPYTOFF in APPADURAI, 2008, p.94).

E quando um objeto passa a ir além da sua materialidade, ele se torna “vivo”, Nery (2017) expressa que os objetos “São, acima de tudo, objetos afetivos que carregam em sua materialidade um universo de imaterialidades, de lembranças, histórias, narrativas, identidades e esquecimentos.” (NERY, 2017, p.153). Portanto, durante a trajetória do

objeto em sua “vida”, o mesmo pode aderir funções variadas, ter sua aparência alterada, ser utilizado por inúmeras pessoas, representar uma

Por meio da materialidade dos objetos museológicos, podemos levantar várias questões e informações que envolvem suas biografias, sabendo que “os objetos nascem objetos, com determinadas e específicas funções” (CHAGAS, 2009, p.42), e que vão acumulando acontecimentos atados a eles. Portanto, essas atribuições transformam os objetos museológicos em documento, visto que as instituições vêem os mesmos com um olhar diferenciado em comparação a sociedade de um modo geral,

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria-prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc... (CHAGAS, 2009, p.43).

O processo de compreensão do objeto como documento têm suas semelhanças ao que ocorre nas instituições de cunho de salvaguarda. Para tanto, os objetos no museus possuem funções fundamentais na coleta de informações para a construção discursiva e histórica da instituição, no entanto, é necessário que o objeto passe por um processo de musealização, que vai além de meramente residir em uma instituição museal.

A musealização de um objeto consiste na “extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal - isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.56).

Para Maria Loureiro e José Loureiro (LOUREIRO & LOUREIRO, 2013), a musealização é conceituada como um processo, onde os objetos são privados de sua função original e são ressignificados, e “uma vez revestidos de novos significados, adquirem a função de documento” (LOUREIRO & LOUREIRO, 2013, p.01).

Contudo, para que chegue neste processo de musealização, é realizado uma seleção do que será salvaguardado nos locais de memória, como o museu. Maurice Halbwachs (1998) destaca a importância do esquecimento no conjunto de memórias das quais todos nós possuímos, valendo também para a memória coletiva, nem tudo pode ser lembrado.

O esquecimento trazido por Halbwachs (1998), pode ser identificado na musealização dos objetos, bem como, naquilo que pode ser considerado documento. Para tornar um objeto museal, é necessário que o mesmo passe por um processo seletivo e de análise, seguindo parâmetros pré-estabelecidos, apresentados pela documentação de acervos em instituições museológicas. Este procedimento não é unicamente realizado pelos museus, muitos locais que têm o cunho da salvaguarda buscam criar ferramentas para realização de avaliações e seleções, “Coletas e seleções bem feitas levam a uma noção de qualidade e confiabilidade das informações repertoriadas pelo centro de documentação” (SMIT, 1987, p.14).

Passando deste processo, o objeto passa a ter uma nova função dentro do espaço de memória, onde é submetido a uma série de procedimentos que em um primeiro momento, engloba uma fase de documentação e conservação, onde o mesmo ganha uma identidade referente a este espaço. Quase que concomitante, o objeto é investigado

com outros olhares, estes sendo mais direcionados para a questão da comunicação do seu testemunho como uma memória materializada.

Para além disso, Waldisa Rússio (1990) salienta a necessidade de verificar três pontos importantes para a confrontação de informação durante o processo de musealização, sendo eles: Documentalidade; Testemunhalidade; e Fidelidade.

... convém lembrar que as palavras Documentalidade e Testemunhalidade, têm aqui toda a força de sua origem. Assim, DOCUMENTALIDADE pressupõe "documento", cuja raiz é a mesma de DOCERE = ensinar. Daí que o "documento" não apenas DIZ, mas ENSINA algo de alguém ou alguma coisa; e quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. TESTEMUNHALIDADE pressupõe "testemunho", cuja origem é "TESTIMONIUM", ou seja, testificar, atestar algo de alguém, fato, coisa. Da mesma maneira que o documento, o testemunho testifica algo de alguém a OUTREM.(...) FIDELIDADE, em Museologia, não pressupõe necessariamente AUTENTICIDADE no sentido tradicional e restrito, mas a VERACIDADE, a FIDEDIGNIDADE do documento ou testemunho. Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casa e as cidades, entre outros e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade; ora a informação pressupõe conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, idéia) e memória (sistematização de idéias e imagens e estabelecimento de ligações). (GUARNIERI, 1990, p.07)

Para além disso, Nascimento (1998) traz a necessidade de compreender o objeto do conhecimento em sua dimensão de historicidade

também, considerando que o objeto musealizado passa a representar e informar determinada manifestação cultural, tornando-se um objeto-fragmentado, situação da qual o objeto só representa uma única parte do que representava anteriormente.

2.3 METODOLOGIAS E PRÁTICA ATUAIS

Ao longo da construção teórica e metodológica da documentação museológica, houveram diversas tentativas de moldurar as práticas, resultando em erros e acertos, considerando que o campo ainda está em período de desenvolvimento. Algumas tentativas de implantação de novos métodos, trouxeram uma variedade de ferramentas para auxiliar, principalmente no que se refere as últimas décadas. Como foi apresentado no início deste capítulo, a documentação museológica é um sistema de recuperação de informação, que se subsidia em estruturas técnicas gerais e especializadas, provenientes da padronização, que é um elemento essencial durante todo o processo de documentação, este compreendendo ser contínuo (FERREZ, 1991; CAMARGO-MORO, 1986).

Para que a instituição museal não se torne um depósito, é necessário haver uma seleção do que será aderido ao acervo museológico, essa seleção deve ser expressada na política de gestão de acervos, “Para um museu funcionar bem, atendendo sua proposta como instituição, é necessário que a aquisição de seu acervo seja sistematizado, ou seja, que a mecânica de aquisição seja democrática e abrangente, mas dentro da proposta do museu.” (CAMARGO-MORO, 1986, p.17).

Para isso, a política de gestão de acervo se torna uma ferramenta muito relevante para o controle destes aspectos. Para Padilha (2014), a

política de gestão de acervo, “Trata-se de uma política registrada, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Esse documento objetiva identificar e selecionar o tipo de acervo que vai ser adquirido e descartado pelo museu” (PADILHA, 2014, p. 26).

Conforme as especificidades de cada instituição museal, a política de gestão de acervo deve ser feita para abarcar todas as necessidades no que se refere a aquisição de acervo, manutenção, movimentação do acervo e descarte.

A Política de Gestão de Acervos define a vocação do acervo do museu e as políticas específicas, critérios, práticas, processos e detalhes de manutenção das coleções. [...] A Política de Gestão de Acervos tanto estabelece objetivos e procedimentos quanto serve como um manual e um conjunto de instruções para se realizar a vocação do acervo. (EKOSAARI; JANTUNEN; PAASKOSKI, 2014, p. 204)

Esta ferramenta têm sua importância evidenciada por sua exigência discorrida no Código de Ética para Museus, do ICOM, constando que o órgão administrativo de cada museu deve elaborar e utilizar uma política de acervo regida, que defina a aquisição, preservação e utilização do acervo. Sua importância também pode ser evidenciada a partir da própria documentação museológica, onde a mesma tem uma parte muito importante no processo de criação e controle dos registros documentais relacionados ao acervo (ICOM, 2004).

Conforme Cerávolo e Tálamo (2000), “a documentação de museus parece se aproximar da elaboração de registros escritos, considerados fundamentais para a manutenção das coleções”, esses documentos se tornam suportes de informação, auxiliando na documentação destes

acervos, tais como os documentos de transferência de propriedade a instituição da qual irá incorporar o objeto ao acervo.

Este documento é obrigatório e faz parte do processo de entrada no acervo museológico, dentre outros documentos que também são necessários.

os registros de incorporação são documentos de elevada importância legal, administrativa e curadoria que contêm informação sobre o doador ou fonte do acervo, título válido de propriedade, informação sobre a avaliação do seguro, relatórios sobre o estado de conservação, inventários de incorporação que contenham mais do que um objeto, fotografia, seguro e outros documentos pertinentes. (LADKIN, 2004, p.21)

Quaisquer que sejam o modo de aquisição - empréstimo, doação, compra, legado, permuta - a instituição deve se atentar a procedência do objeto também, para que não incorpore nada que seja ilegal ou ilícito, conforme indica no Código de Ética dos Museus, do Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2004).

A partir deste processo, o objeto museológico recebe um número, que deve estar de acordo com o sistema de numeração do acervo, portanto, a instituição deve possuir um sistema de numeração determinado, este podendo estar apresentado no plano museológico ou na política de gestão de acervo. Esta numeração funciona como uma identidade ou um código para cada peça do acervo, devendo estar constatado em todos os registros documentais dos quais se referem a um objeto museológico, “formando não só um elo entre o registro e outros, mas também entre registros e objetos” (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2000, p.254).

A identificação do objeto nos leva a um dos itens mais importantes da documentação museológica, a ficha de registro ou ficha de catalogação. Este registro fornece um conjunto de informações relevantes para a compreensão do acervo, bem como para a instituição.

Com base em Mensch (1987), Ferrez (1991) esclarece, que além de outras informações relevantes para a decodificação do objeto museológico, estas são partilhadas em duas categorias, as informações intrínsecas e extrínsecas. A primeira categoria é voltada para a decodificação das características físicas, tais como dimensão e descrição. Já a segunda, têm por necessidade a busca dessas informações em outras fontes para além do objeto.

Para Camargo-Moro (1986), a ficha de catálogo, ou classificatória ou catalográfica, reúne um conjunto de elementos que perpassam cinco áreas: identificação da peça e sua localização no museu; história da peça em função da sua incorporação no acervo; história do objeto em função de sua criação ou descobrimento no tempo e espaço; descrição das características físicas; descrição de seu conteúdo, uso, classificação, tipologia e detalhamentos.

Conforme Ladkin (2004), o catálogo, termo utilizado por ele para se referir ao que conhecemos como ficha de catalogação, deve possuir os seguintes campos informacionais: detalhes descritivos; classificação ou outra identificação; dimensões físicas; proveniência - expressada pela sua origem e histórico -; número de incorporação e localização de seu armazenamento.

Salientamos que Ladkin (2004), compreende que o número de identificação e o número de incorporação são divergentes entre si, esse aspecto também é trazido por Camargo-Moro (1986),

O primeiro número de referência que a peça recebe é um número de uso provisório. Este número pode ser o da coleta, dado numa ordenação durante a coleta de campo feita ou não pela própria instituição, ou então o número de empréstimo a curto prazo, que as peças oriundas de outros tipos de aquisição recebem ao dar entrada no museu. (CAMARGO-MORO, 1986, p. 52)

Frisamos que este elemento informacional, o número provisório, não devem ser confundido com o número do objeto quando permanentemente incorporado ao acervo, e muito menos deixá-lo de registrar na ficha de catalogação, pois seu número provisório pode ter sido usado para interligar com outros documentos pertinentes para seu entendimento.

Outro elemento importante a ser acrescentado como campo informacional da ficha de catalogação é fotografia, esta podendo aparecer em outros documentos, caso seja necessário. Para Ladkin (2004, p. 27)), “A fotografia é uma parte integrante e especializada da documentação do acervo do museu” e portanto, “não só é um registro visual de um objeto como também ajuda na investigação, educação e recuperação de um objeto, caso este esteja extraviado e como prova de defesa para reivindicar o seguro, por perda ou não”.

Figura 5 - Modelo de ficha de catalogação

		NOME DO MUSEU		
		Ficha de Catalogação para Objeto Museológico	Identificação e características do objeto	
Nº de Registro	FOTO DO OBJETO			
Outros números:				
Objeto:				
Título:				
Autor ou Autoridade:				
Descrição intrínseca:				
Dimensão:				
Material:				
Procedência:				
Observação:				
Informações contextuais	Tipo de Aquisição:		Data de Aquisição:	Estado de conservação:
	Expropriatório:		Objetos associados:	
	Descrição extrínseca:		Exposições:	
			Publicações:	
	Período:		Restauro:	
	Referências bibliográficas:		Pesquisas:	
	Registrado por:		Observações:	
	Data de registro:		Autorização de uso:	

Fonte: Padilha, 2014, p. 51

Para cada acervo museológico, é necessário analisar quais campos informacionais podem ser preenchidos segundo as especificidades e quais informações são relevantes ao ver da instituição. Pensando no fácil manejo, baixo custo e no seu planejamento para longo prazo, a elaboração da ficha deve ser realizada de forma cuidadosa, para que a informação não seja perdida com o passar do tempo, e de forma objetiva e clara.

Visando a padronização no preenchimento de fichas de catalogação e outras atividades que correspondem a documentação museológica, normatizações ou convenções são criadas para “interpretação de um acervo”, essas normatizações podem gerar uma série

de ferramentas para cada fase do processo de documentação, tais como o glossário.

O glossário de preenchimento, como é denominado por Camargo-Moro (1986), têm por intuito apresentar instruções para o preenchimento de cada instrumento que está inserido na documentação, podendo ser das fichas de catalogação, livro tomo, inventário. Esta ferramenta pode ser usada conforme as essencialidades de cada documento, mas devendo seguir parâmetros para sua disponibilidade e inserção no processo de preenchimento destes documentos.

Como já citado, outro elemento que deve ser elaborado na instituição para seus acervos museológicas, é a criação do Livro Tombo, que “é o documento onde são registrados todos os objetos que compõem o acervo do museu” (COSTA, 2006, p. 38). Sendo necessário um Termo de Abertura e um glossário de preenchimento do livro, este documento não deve ser rasurado em hipótese alguma, as “informações devem ser dispostas de maneira padronizada, não podendo haver espaços em branco entre a inscrição de informações sobre um objeto e o seguinte” (BOTTALLO, 2010, p. 58).

Camargo-Moro (1986) aponta a necessidade mínima de dez campos informacionais no Livro Tombo, compreendendo: número de registro da peça; data de ingresso ou de aquisição definitiva; nome do objeto; descrição sumária; classificação genérica; forma de ingresso ou de aquisição; origem; procedência; histórico do objeto; e observações. Assim como Camargo-moro (1986), Costa (2006) também recomenda a aplicação mínima de dez campos informacionais, que em comparação ao da autora anterior, acrescenta o estado de conservação da peça.

Neste caso, não recomendamos a inclusão do campo informacional do estado de conservação no Livro Tombo, tendo em vista que esta informação é mais suscetível à mudanças, além de ter sob sua disposição outros instrumentos que podem registrar esta informação.

Considerando que o acervo se torna fonte informacional e que gere conhecimento a partir da documentação museológica, foram criadas instrumentos que possam auxiliar durante o processo de pesquisa, onde oferece recuperação rápida e eficiente da informação, podendo ser catálogos, guias, inventários, listagens. Cândido (2006) destaca que a gestão de acervos museológicos demanda pesquisa de forma permanente, e portanto, necessita de um instrumento que possa atender principalmente o acesso à informação.

Salientamos novamente que a documentação museológica não é uma atividade simplesmente para preservar acervos e suas informações, ela também deve estar concatenada com a produção de conhecimento a partir de seus acervos, estando ligado diretamente com a garantia ao acesso à informação pelos públicos. Em certos casos, essa garantia se torna uma obrigação, considerando que 67,2% dos museus brasileiros são órgãos públicos (IBRAM, 2011, p.63), obrigação esboçada a partir da Lei 12.527, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas dos órgãos que integram os três poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Uma das ferramentas elaboradas para facilitar o acesso a informação destes acervos é o inventário, que geralmente se apresenta em formato de planilha, onde dispõe campos informacionais para serem preenchidos com as informações referentes ao acervo. Esta planilha consta todo o acervo e informações pré-determinadas, que necessitam de

um manual ou glossário de preenchimento para manter a padronização. Para Padilha (2014), o inventário também pode ser entendido como arrolamento, esta última corresponde a uma ferramenta de levantamento quantitativo e qualitativo do acervo de uma instituição museológica, sendo muito utilizado para conhecer mais o acervo ou então, fazer a implantação da documentação no acervo museológico.

Para além disso, a documentação museológica atualmente conta com diversos instrumentos para auxiliar na salvaguarda da informação e conseqüentemente, do objeto, alcançando também outros objetivos, quando possível. Apesar de ser uma área com ampla presença nas instituições museológicas, ainda falta muitos elementos a serem melhorados e compreendidos conforme as necessidades do momento, considerando que o campo ainda está em estado de carência quanto a discussões e elementos textuais que têm por propósito investigar quais são as necessidades atuais da documentação presente nas instituições.

3. A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO NEA

De acordo com a portaria 483/GR/84, o Núcleo de Estudos Açorianos foi fundado em 5 de Abril de 1984, tendo o objetivo inicialmente de investigar a cultura açoriana presente em Santa Catarina, e posteriormente, teve como foco a valorização, salvaguarda e divulgação da cultura de herança açoriana, que foi trazida por açorianos para Santa Catarina no século XVIII.

O Núcleo de Estudos Açorianos, têm sua importância evidenciada a partir das diversas atividades que gere, promove e apoia, fazendo pontes entre as comunidades de Santa Catarina e aquela proveniente dos Açores,

estas parcerias e atividades trouxeram diversos objetos, que hoje são entendidos como peças que fazem parte do acervo museológico do órgão.

Compreendendo que os objetos reunidos durante estes anos são importantes para a construção social e cultural do NEA, tendo em vista que alguns destes foram gerados a partir das atividades desenvolvidas pelo núcleo, como troféus e lembranças, foi elaborado um Projeto de Documentação do acervo, iniciado em 13 de Março de 2017, tendo seu término em 5 de Dezembro de 2017, e posteriormente foi criado outro projeto com o mesmo propósito, iniciado em 15 de Maio de 2018 e tendo prazo final em 15 de Dezembro de 2020. Entretanto, este último projeto não foi avaliado e aprovado devido aos cortes orçamentários da UFSC³.

Estes projetos tinham por intuito inicialmente realizar um levantamento de todo o acervo museológico, começando pelo acervo iconográfico, em que uma pequena parte já havia passado por um tratamento documental, obtendo uma numeração de identificação. Entretanto, o sistema de documentação museológica não contemplava todo o acervo, tendo em vista que até a ficha de catalogação era especificamente voltada para acervos iconográficos. Neste caso, salienta-se a importância de buscar refletir sobre todo o acervo da instituição, sempre estando de acordo com o planejamento futuro do acervo, como a política de acervo da instituição.

Como o NEA não contém uma política de acervo, foi necessário realizar diversas discussões com o coordenador do núcleo, Francisco do

³ No final de Abril de 2019, o Ministério da Educação (MEC) realizou o bloqueio de parte da verba disponibilizada às universidades e institutos federais do país. Esta medida afetou muitos serviços e ações promovidas pela UFSC, dentre elas, estavam os projetos de pesquisa e extensão a serem aprovados.

Vale Pereira, e uma profissional museóloga, Rosana Nascimento de Andrade, buscando compreender quais são as intenções do órgão em relação ao seu acervo, pensando sempre a longo prazo. Estas reuniões que aconteciam majoritariamente a cada 15 (quinze) dias, resultaram em decisões relacionadas ao próprio acervo, bem como ao levantamento do acervo museológico, onde se destacaram problemas encontrados no sistema de numeração consolidados durante o período de documentação, assim como outros erros constatados. Estas explicações geraram discussões e soluções para estes problemas, tais como: a inexistência de fichas para preenchimentos das peças ou então numerações puladas. Foi então que se pensou de forma cuidadosa o tratamento informacional do acervo, para evitar que informações sejam perdidas durante o processo, o que exigiu pesquisas e investigações.

Este processo de solução dos problemas exigiu um longo período, devido a necessidade de ser meticuloso e cuidadoso ao realizar esta atividade, que foi feita em cima da tabela onde elaboramos e alimentamos o levantamento do acervo iconográfico do NEA.

Posteriormente, o projeto tomou um novo rumo, onde se buscou discutir e definir o sistema de numeração das peças, considerando que o acervo não possuía uma definição de numeração para todo acervo, e sim para as peças de cunho iconográfico. Portanto, essa nova definição exigiu que a numeração criada anteriormente fosse modificada, ainda que as peças que passaram por tratamento documental não tenham sido marcadas permanentemente. Destacamos que optamos por começar a numerar o acervo de índole iconográfico, tendo em vista que não há informações da entrada de muitos objetos na instituição.

3.1 HISTÓRICO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS

Atualmente, Santa Catarina conta com a presença de diversas culturas, tornando a cultura catarinense em um mosaico cultural, formado por histórias e memórias trazidas de outros países e estados, mas que acabaram se adequando conforme passaram-se os anos, tornando estas práticas parte da tradição catarinense. Uma destas culturas é oriunda do arquipélago dos Açores, quando os primeiros grupos de açorianos vieram colonizar a província de Santa Catarina e de São Pedro do Rio Grande a partir de 1748, trouxeram saberes e fazeres de suas terras, sofrendo adaptações e transformações em seus modos de viver. (FARIAS, 1998).

Segundo Alves (2015), após a dissolução da União Ibérica em 1640, iniciou-se uma disputa pelas terras do Brasil meridional entre Portugal e Espanha, posteriormente ao assinarem o Tratado de Tordesilhas. Tendo em vista que ambos Impérios Ibéricos nesta época esboçaram amplo interesse na ocupação de terras, com intenção de ocupar principalmente os melhores pontos estratégicos, mas houve um caso específico onde ambos impérios utilizavam um local específico.

A Ilha de Santa Catarina era tida como um ponto estratégico, transformado em um divisor natural entre Portugal e Espanha, onde ambos utilizavam o local de forma neutra, “Assim funcionou, no decorrer dos séculos XVI até meados do século XVIII, como base de abastecimento neutra, utilizada indistintamente por todos aqueles que demandavam ao extremo sul do continente americano” (FARIAS, 1998, p. 108), apesar de Portugal ser o proprietário legal da ilha.

Em meados do século XVI, o Brasil torna-se uma potência econômica, principalmente para Portugal, que passava por uma economia

decadente, como aponta Farias (1998). Especificamente, a Ilha de Santa Catarina passa a ser vista como detentora de um valor estratégico, e como subterfúgio, Portugal começa a romper os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, implantando grupos populacionais em locais de propriedade espanhola. (FARIAS, 1998).

Em 1738, Portugal cria a Capitania de Santa Catarina (ALVES, 2015), e a partir disto, o império também constrói um conjunto de fortalezas, compondo o sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina.

Posteriormente, em 1746, foi publicado o Edital Régio nos Açores, edital que convocava casais açorianos a migrarem para o Sul do Brasil (ALVES, 2015). E entre 1748 a 1756, Portugal transporta cerca de 6.000 (seis mil) açorianos para ocupar a costa do litoral catarinense e, deste montante, 4.500 pessoas se estabeleceram em oito pontos do litoral de Santa Catarina, sendo estes: Lagoa da Conceição (1750), Enseada de Brito (1750), São Miguel (1752), Santo Antônio de Lisboa (1750), São José (1750), Vila Nova (1752), Desterro (1748-56) e Laguna (1748-56), trazendo seus saberes e costumes consigo, que se espalharam pelo estado conforme foram passando as décadas. (FARIAS, 1998)

É importante registrar-se que a partir desses oito núcleos originais verificou-se a expansão da população de origem açoriana no território catarinense, num processo lento e seguro, que só se completou ao longo do século XX, após contribuírem na criação de dezenas de comunidades, muitas delas municípios, no litoral catarinense. (FARIAS 1998, p. 116)

Contudo, na tentativa de tomar as terras de Portugal, especificamente a Ilha de Santa Catarina, a Espanha organizou uma expedição militar em 1777 - ficando conhecida como *invasão espanhola de 1777*, comandado por D. Pedro Cevallos, com o principal objetivo de

fazer Portugal abandonar a Colônia de Sacramento, que foi fundada por este império em 1680, no Uruguai. Esta tentativa gerou resultados positivos para a Espanha, a qual conseguiu tomar controle da Ilha, muitos foram aprisionados no processo e outros fugiram para o continente, principalmente para a atual região da Enseada de Brito, no município de Palhoça (SC) (FARIAS, 1998).

Segundo Farias (1998), no mesmo ano, em 1777, ocorre o Tratado de Santo Ildefonso, definindo os limites de Portugal e Espanha. As terras que eram ocupadas por portugueses, se tornam de propriedade oficial destes mesmos, como a Ilha de Santa Catarina, que em troca disso, a Espanha detém o controle da Colônia de Sacramento novamente.

É importante salientar que a vinda dos açorianos “destaca-se como uma das mais importantes operações de transferência de população realizada pelo Império Português em toda história” (ALVES, 2015, p. 21), sua ocupação na costa atlântica catarinense resultou em 45 (quarenta e cinco) municípios que possuem como base cultural o Arquipélago dos Açores.

Conforme foram passando os séculos, desde a vinda deste povo ilhéu, houveram adaptações nos costumes açorianos, como as modificações do moinho de farinha, que foi ajustado para atender a mandioca, tendo em vista que o clima não é favorecido ao plantio de trigo. As festas ligadas à religiosidade também sofreram mudanças, inclusive a própria descontinuação de algumas atividades que ocorriam nestas festas (FARIAS, 1998).

Farias (1998) demonstra uma certa desvalorização e reconhecimento da população na cultura de herança açoriana, se tornando ameaçada por outras culturas de pessoas que vinham de outros estados,

“criando um perigoso vazio cultural, notadamente no campo das manifestações folclóricas” (FARIAS, 1998, p. 304). Leal (2007) também esboça a existência de uma “amnésia” - termo de Walter Piazza (2000) - em relação às suas origens, que havia se desenvolvido a partir das migrações de pessoas de outras nacionalidades, como alemães e italianos, no século XIX e XX.

Buscando o reconhecimento do valor da cultura trazida pelos ilhéus do Arquipélago dos Açores, acontece o I Congresso Catarinense de História Catarinense, realizado entre 5 (cinco) à 12 (doze) de outubro de 1948.

Durante o congresso, fez-se a comemoração dos 200 anos da chegada dos açorianos em Nossa Senhora do Desterro, na Ilha de Santa Catarina. Participam desse evento reconhecidos pesquisadores do Brasil e Portugal, os quais debateram a temática da epopeia açoriana no Brasil meridional. (ALVES, 2015, p. 22-23)

Após a realização do congresso, inicia-se um processo de redescoberta das raízes açorianas de Santa Catarina, como apresenta Leal (2007), a partir disso, podemos citar o trabalho da Comissão Catarinense de Folclore, criada no berço da Comissão Nacional de Folclore. Tendo Walter Piazza como organizador, o Boletim da Comissão Catarinense de Folclore é fundado, realizando publicações entre 1949 à 1963, que totalizou 28 números publicados (LEAL, 2007).

Esse processo de criação do boletim encadeou inúmeros contatos que vão se estabelecer entre Santa Catarina e os Açores, formando uma relação de trocas de conhecimento e discussões referentes à temática de cultura açoriana.

Simultaneamente o *Boletim* torna-se rapidamente um ativo centro de cooperação entre eruditos catarinenses e eruditos açorianos. [...] Iniciam-se intercâmbios regulares entre o *Boletim* e publicações congêneres nos Açores e em Portugal continental, como o *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* ou as revistas *Insulana* (de São Miguel) ou *Douro Litoral* (baseada no Porto).

Com a suspensão do *Boletim* da Comissão Catarinense de Folclore em 1964, o movimento açorianista - termo criado por Leal (2007) - é retomado apenas no final dos anos 1970, com a presença de protagonistas como Walter Piazza e Nereu do Vale Pereira, assim como o trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina no desenvolvimento deste movimento, especificamente com o reatamento da relação entre Santa Catarina e os Açores.

Salientamos que em 1976, a autonomia dos Açores em relação a República Portuguesa é efetivada a partir da aprovação da Assembleia Nacional Portuguesa, com o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, se tornando então responsável pelo arquipélago formado por 9 (nove) ilhas, sendo elas: Ilha de Santa Maria, São Miguel; Terceira; Graciosa; São Jorge; Pico; Faial; Flores; e Corvo (FARIAS, 1998).

Leal (2007) também destaca a importância da sucessão de realização da Semana de Estudos Açorianos, ocorridos em 1984, 1987 e 1989, este evento é marcado pela promoção da cultura açoriana presente no estado, também no âmbito universitário. A 1º Semana de Estudos Açorianos, é principalmente marcada por reatar a relação com os Açores, como apresentado anteriormente, o reitor da Universidade dos Açores é convidado a realizar a palestra de abertura do evento, e aproveitando sua

presença, é assinado um protocolo entre a UFSC e a Universidade dos Açores (LEAL, 2007).

No mesmo ano, em 5 de Abril de 1984, é fundado o Núcleo de Estudos Açorianos, por meio da portaria 483/GR/84, como um Projeto de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, resultado de um Convênio de Cooperação e Intercâmbio estabelecido entre a UFSC e a Universidade dos Açores (UFSC, 1984), tendo o objetivo valorizar, salvaguardar e divulgar a cultura de herança açoriana, que foi trazida pelos açorianos.

Figura 6 - Sede do Núcleo de Estudos Açorianos



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Apesar de ter sido criado em 1984, o NEA fica relativamente inativo até 1993, quando o mesmo tinha suas ações mais voltadas para realização de eventos e outras atividades que tinham a comunidade acadêmica como público alvo (PEREIRA, 2015).

No ano de 1993, ocorre a reestruturação do NEA, contando com uma nova direção, ocupado por uma nova geração de protagonistas, tais como Peninha (Gelci Coelho), Joi Cletison Alves, Eugênio Lacerda, Jone Araújo, Francisco do Vale Pereira e Vilson Farias (LEAL, 2007), todos ligados a cultura de base açoriana. Com uma nova frente, o NEA tem seu foco alterado para uma nova perspectiva, “a ênfase é agora posta numa ação mais alargada, situada fora da academia e baseada no objetivo de devolver nas comunidades de origem açoriana o orgulho das suas raízes” (LEAL, 2007, p. 55).

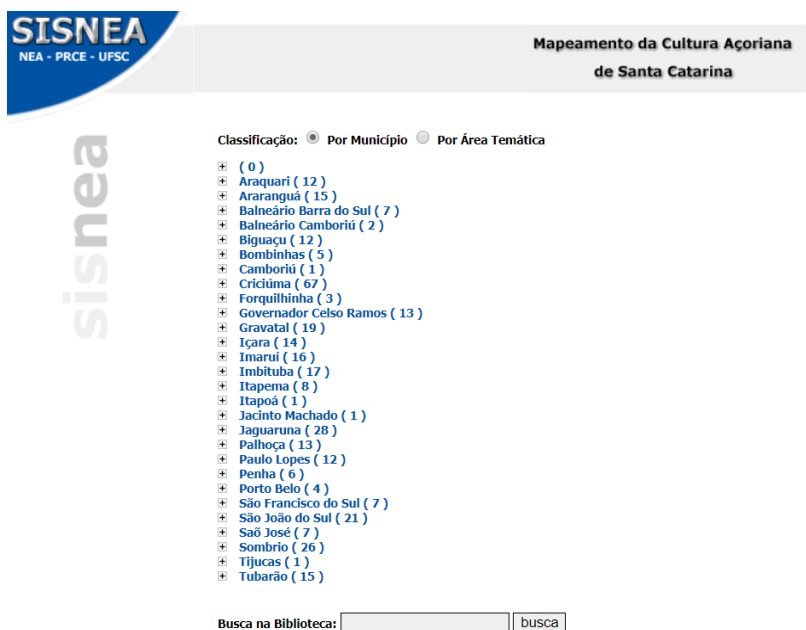
Portanto, o NEA passa a levar os resultados das investigações referentes a cultura açoriana às comunidades e aplicá-las de forma mais ativa na divulgação e valorização do patrimônio cultural açoriano, buscando ir para além dos muros da universidade. Além disso, o NEA passa a se preocupar com sua cobertura de área, tendo como objetivo alcançar toda a área litorânea de Santa Catarina, expandindo para fora de Florianópolis (LEAL, 2007).

Destacamos também o trabalho cooperativo entre o NEA e outras instituições que possuem interesse nas ações referentes a cultura de base açoriana, tais como prefeituras e fundações. Para que ocorram essas trocas, o núcleo promove um conjunto de Encontros Interinstitucionais, que têm seu primeiro encontro em 1993, e seu último em 1995. Tornam-se então integrais os encontros promovidos pelo Conselho Deliberativo do NEA, o qual é formado por estas instituições, prefeituras, fundações, entre outros (FARIAS, 2007).

Em 1993, o NEA inicia um trabalho de Mapeamento Cultural da cultura de base açoriana do litoral de Santa Catarina (Figura 7), o qual “tinha como público alvo professores do ensino secundário e ativistas

culturais dos municípios do litoral catarinense” (LEAL, 2007). Essa atividade favorece em muito na expansão do trabalho do NEA, bem como divulgação dos saberes e fazeres provenientes de uma cultura de base açoriana.

Figura 7 - Mapeamento Cultural da cultura de base açoriana do litoral de Santa Catarina.



Fonte: <<http://sisnea.sites.ufsc.br/>>

Partindo desta ideia de realizar atividades para a comunidade fora da universidade, o núcleo passou a articular eventos para alcançar a visibilidade da cultura de base açoriana, inicialmente realizando eventos de pequeno porte, como a Semana de Arte e Cultura Açoriana (1994).

Entretanto, surgiu a necessidade de realizar eventos com alto alcance para então, envolver a comunidade exterior aos muros da universidade, principalmente àquelas que ainda mantém algumas tradições, para que esses costumes sejam apresentados e tenham continuidade a partir da valorização que o evento pode proporcionar. Portanto, em 1994, criou-se o AÇOR, a Festa de Cultura Açoriana de Santa Catarina, do qual possui cunho itinerante limitado ao litoral catarinense, realizado anualmente e em um período de 3 (três) dias.

Figura 8 - Apresentação cultural no 12º AÇOR em Barra Velha (SC), 2005.



Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos.

A primeira Festa da Cultura Açoriana aconteceu em Itajaí no ano de 1994, seguido por Imaruí (1995), Imbituba (1996), Penha (1997), Içara (1998), Porto Belo (1999), Garopaba (2000), São José (2001), Araquari (2002), Tijucas (2003), São Francisco do Sul (2004), Barra Velha (2005),

Laguna (2006), Governador Celso Ramos (2007), Itajaí (2008), Palhoça (2009), Governador Celso Ramos (2010), Sombrio (2011), São Francisco do Sul (2012), Içara (2013), Florianópolis (2014), Bombinhas (2015), Itajaí (2016), Palhoça (2017), Porto Belo (2018) e Penha (2019).

O AÇOR envolve inúmeras atividades tais como a presença de stands com artesanatos para vender, comidas tipicamente provenientes da cultura de base açoriana, ou mesmo açoriana, apresentações culturais, entrega dos Troféus Açorianidade⁴ entre outros.

A história do NEA, também é marcada por outros eventos que proporcionaram reconhecimento e valorização da cultura açoriana no estado, tais como o I Encontro Sul-Brasileiro de Comunidades Luso-Açorianas (1996), 1º Congresso Internacional de Festas do Divino Espírito Santo e o Colóquio comemorativo 260 anos de herança açoriana (ALVES, 2015).

É necessário destacar ainda, que o NEA possui um espaço cultural, localizado no campus Trindade da UFSC, onde apresenta exposições (Figuras 9 e 10) e outros eventos, como recebimento de autoridades, disponibilizando também uma biblioteca que conta com mais 1.500 livros, documentos, DVDs e CDs, sem contar o acervo museológico que se soma em mais de 4.457 peças até o momento, que também podem ser vistas e pesquisadas na sede.

4 Iniciativa criada em 1996, através do Conselho Deliberativo do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, tendo o objetivo de reconhecer e valorizar o trabalho daquelas - pessoas, instituições e empresas - que realizam ações que buscam manter a cultura de base açoriana, sendo realizada anualmente. (UFSC, [2011])

Figura 9 - Exposição “No tempo do Divino”, disponibilizada para visitação em 2017



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 10 - Exposição “No tempo do Divino”, disponibilizada para visitação em 2017



Fonte: Arquivo pessoal da autora

3.2 ACERVOS MUSEOLÓGICOS DE HERANÇA CULTURAL AÇORIANA

Os acervos museológicos são construídos de inúmeras maneiras, sendo estes objetos que devem estar concatenados com o discurso da instituição museológica, representantes de uma memória, uma cultura. Não podemos ignorar que esta diversidade é um reflexo da cultura brasileira que se formou ao longo dos séculos, quando muitas tradições e costumes foram trazidos de fora por imigrantes nas mais diversas situações.

Em uma destas situações, conforme Farias (1998), cerca de 6.000 açorianos migraram do arquipélago dos Açores ao Brasil em meados dos

séculos XVIII (1748-56), estes povos “Trouxeram para Santa Catarina uma bagagem de conhecimentos técnicos, tradições, costumes, que somados aos seus sonhos, foi fundamental na consolidação do processo povoador na região.” (FARIAS, 1998, p.301), esses saberes e fazeres geraram objetos que hoje, em certos casos, representam costumes e tradições quase inexistentes, mas que há movimentos que estão retomando esses aspectos culturais, para que não se percam no tempo.

Surgem da combinação espontânea de diversos elementos, os quais, representam, para o povo, fundamentos do seu saber ser e saber fazer. Neste conjunto heterogêneo reúnem-se a religiosidade, o imaginário, o saber fazer, as relações com a natureza, os sentimentos. Enfim, a síntese das relações socioeconômicas e culturais do dia a dia do grupo humano. (FARIAS, 1998, p.305)

Engenhos, ferramentas, artesanatos, louças, vestimentas, são muitos objetos que sobreviveram ao tempo e atualmente representam um momento do dia a dia dos açorianos que viviam nestas terras, e conseqüentemente, de seus descendentes. Ao se mudarem do seu local de origem, os açorianos tiveram que se adaptar às condições climáticas e terrenas oferecidas em seus novos endereços, bem como a dimensão social e econômica, ocasionando o desenvolvimento de novos costumes e técnicas, tornando-se elemento cultural catarinense, e não apenas cultural açoriano.

Esse desenvolvimento, portanto, é entendido como parte do mosaico cultural catarinense, tendo suas raízes provenientes de povos originários dos Açores, que neste trabalho acadêmico, será denominado cultura de base açoriana - expressão criada por Vilson Farias - ou de herança açoriana. Este legado cultural açoriano é atualmente muito perceptível na cidade de Florianópolis, sendo expressado pela arquitetura

(Figura 12), culinária, tradições, histórias e até no modo de falar daqueles que nascem e crescem neste meio, assim como acontece em outras cidades de Santa Catarina.

Figura 11 - Centro Histórico Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Açores).



Fonte: <<http://www.espiritovianjante.com/angra-do-heroismo-terceira-acores/centro-historico-angra-do-heroismo-unesco-terceira/>>

Figura 12 - Edifícios localizados no bairro Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis (Santa Catarina).



Fonte: <<http://gshow.globo.com/RBS-TV-SC/Mistura-com-Camille-Reis/noticia/2016/12/santo-antonio-de-lisboa-e-cenario-do-mistura-de-natal.html>>

A consolidação de herança açoriana na cultura catarinense se deve a uma série de manifestações adaptadas segundo as especificidades do estado de Santa Catarina, tais como a Festa do Divino Espírito Santo, que era acompanhado pelo desfile do cortejo imperial, a missa festiva, a coroação, as bandas de música, os leilões, e a queima de fogos de artifício (FARIAS, 1998).

Hoje, a Festa do Divino Espírito Santo é considerada Patrimônio Imaterial de Santa Catarina, fazendo parte do programa de atividades de muitas pessoas, considerando que é a festa mais importante para as comunidades que possuem vínculos com esta cultura (FARIAS, 1998).

Relembrando que, ao vir para Santa Catarina, os açorianos ocuparam oito pontos na costa catarinense, portanto, cada comunidade elaborou e desenvolveu a Festa do Divino, que apresentam diversidades entre si, tais como as características físicas das vestimentas e determinados objetos que fazem parte da festa, sendo essenciais para esta manifestação.

A partir da Festa do Divino Espírito Santo, podemos perceber inúmeros objetos utilizados durante este processo, objetos que apesar de suas distinções de uma festa para a outra, possuem um único significado. Um destes objetos que está presente em todos os eventos da festa, é a bandeira do Divino (Figura 13), sendo preparada em tecido vermelho com uma pomba com as asas abertas ou então, tendo a pomba bordada e estampada em branco no centro. Outro detalhe neste objeto, é a presença de uma pomba entalhada em madeira com as asas fechadas ou com as asas abertas, entretanto, neste caso geralmente se apresenta em prateado (FARIAS, 1998).

E assim como a bandeira, existem outros três objetos que fazem parte desta manifestação, em especial no cortejo imperial, que representa um momento quando a corte realizava um desfile e concebe a coroação.

O cortejo imperial era montado obedecendo uma certa ordem que descrevemos a seguir: Porta-bandeiras ou Alferes de Bandeira, Damas e Pajens, Imperador e Imperatriz, Casal de Festeiros ou imperadores, sempre levando os símbolos da festa (coroa, cetro e salva), Autoridades Eclesiásticas, outras autoridades, Cantoria do Divino, Membros da Irmandade, ou Festeiros, Convidados e a Banda Musical. (FARIAS, 1998, p. 349)

Como mencionado, o casal de festeiros ou imperadores detêm a coroa, o cetro e a salva (Figura 14), objetos muito importantes para realização do louvor ao Divino Espírito Santo, quando acontece a

coroação, que corresponde a um dos momentos mais relevantes da festa, sendo o imperador - representado por um casal de adolescentes - como os principais personagens.

Figura 13 - Bandeiras do Divino utilizadas na Festa do Divino Espírito Santo, em São José (SC).



Fonte: <<https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/169-festa-do-divino-espirito-santo-de-sao-jose-acontece-neste-fim-de-seman#prettyPhoto>>.

Figura 14 - Coroa, salva e cetro.



Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos.

Os aspectos de utilização da bandeira do Divino, as cantorias e as peregrinações da comunidade, os ternos de Natal, de Reis, São Sebastião e Santo Amaro permanecem originais desde o início deste ciclo que a festa está inserida no cotidiano das comunidades, refletindo ainda como um elemento da vida dos açorianos que vieram a Santa Catarina. Ainda que algumas práticas tenham sido perdidas, como é o caso do bodo, costume que compreendia uma ação onde se doava refeições aos pobres.

Outra festa que alcançou muita visibilidade, sendo também de cunho religioso, é a Procissão do Senhor Jesus dos Passos, atualmente reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde setembro de 2018. Nos Açores ocorria uma festa com certa semelhança,

especificamente na Ilha de São Miguel, em 1713, para homenagear o Senhor Santo Cristo dos Milagres (MARTINS, 1985).

Conforme Farias (1998), o culto ao Senhor dos Passos inicia na atual Florianópolis em 1765, quando a imagem deste é desembarcada, tendo como destino Porto Alegre, “Segundo a tradição oral, toda vez que o barco tentava zarpar do porto de Desterro, formava-se forte tempestade, impedindo-o de seguir viagem. A população interpretou como sendo um sinal de que o Santo aqui desejava permanecer” (FARIAS, 1998, p. 307).

Figura 15 - Fotografia retratando um momento da Procissão do Senhor dos Passos, em 2004, Florianópolis.



Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos.

Observa-se que tanto a Festa do Divino Espírito Santo quanto a Procissão do Senhor dos Passos são realizações que são feitas com a comunidade, tornando um elemento simbólico religioso e cultural para

estas pessoas, bem como elemento integrante das suas vidas na sociedade. Estas festas têm ampla visibilidade na comunidade de uma forma geral, bem como na mídia local, gerando muito material iconográfico, seja para divulgar ou para “guardar” este momento, este caso pode ser representado pelo acervo iconográfico do NEA.

Na esfera social de muitas culturas, são elaboradas e produzidas a representação de pessoas, saberes e fazeres e objetos que são reconhecidos como detentores de valores para uma comunidade. Essa representação pode ser feita com uma variedade de materiais, tais como a já citada cerâmica figurativa e manual, e a fotografia referida no capítulo anterior, ambos possuem ampla presença na cultura de herança açoriana, mas principalmente aquilo que é feito manualmente e em pequena escala, este sendo denominado artesanato, que conforme Farias (1998, p. 370), são “objetos utilitários de grande importância nas lides diárias, seja em nível doméstico ou profissional, com variações entre diversas culturas, na forma de fazer, de apresentar e nas matérias-primas utilizadas. Constatase, todavia, usos assemelhados”.

O artesanato pode ser representado no vestuário também, a indumentária tradicional dos açorianos, tem uma presença muito forte nas festas de cultura de base açoriana, tais como o próprio AÇOR, onde os grupos culturais e artísticos se apresentam com estas vestimentas (Figura 16), ainda que alguns são lembrados como estando inseridos na cultura açoriana, peças de vestuário como o capote ou capelo (Figura 17), não são mais utilizados nestas manifestações.

Figura 16 - Acervo em exposição, do Museu Etnográfico Casa dos Açores.



Fonte: <<https://ndmais.com.br/noticias/museu-casa-dos-aco-res-em-big-uacu-esta-pronto-para-a-temporada-de-verao/>>

Figura 17 - Boneca caracterizada com o capote/capelo. Acervo Núcleo de Estudos Açorianos.



Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos.

3.3 DIAGNÓSTICO DO ACERVO DO NEA

Para dar início a este subcapítulo, é necessário externar o conceito de diagnóstico de acervo, para compreender sua importância no âmbito da documentação museológica. Considerado uma ferramenta utilizada para verificar a situação atual de acervos das mais variadas tipologias, neste caso o acervo museológico, assim como compreender a configuração deste acervo.

De acordo com o IPHAN (2005, p. 28), o diagnóstico, no contexto do Projeto de Intervenção no Patrimônio Edificado, “É a etapa de consolidação dos estudos e pesquisas anteriormente realizados, na medida em que complementa o conhecimento do objeto, analisando de forma pormenorizada determinados problemas ou interesses específicos”.

Na dimensão dos acervos arquivísticos, o diagnóstico “é o instrumento que direciona as ações a serem tomadas no planejamento dos recursos humanos, físicos, materiais e tecnológicos empregados no gerenciamento da informação e na gestão de documentos” (BRASIL, 2009, p. 07), “com o objetivo de identificar erros ou lacunas e adotar medidas que visem aumentar a eficiência na gestão dos arquivos” (BRASIL, 2009, p. 15).

Ambas designações podem ser empregadas para referenciar os acervos museológicos, onde busca-se realizar uma análise consistente da situação atual do acervo, principalmente no que se refere à metodologia e aos parâmetros adotados em relação a documentação museológica desses acervos, apontando também a situação do estado de conservação dos acervos, ainda que não seja o foco neste trabalho. Para clarear ainda mais esse conceito de diagnóstico, a partir da lente museal, o diagnóstico museológico tem como objetivo buscar a “identificação e apreensão das

potencialidades museológicas de um território ou de uma instituição, a fim de perceber as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio valorizadas e selecionadas para preservação e as lacunas existentes” (DUARTE CÂNDIDO, 2010, p.129).

É essencial compreendermos a situação do acervo, para então elaborar ferramentas e instrumentos, bem como elaborar outros elementos necessários para uma boa documentação de acervos museológicos. E, portanto, com o auxílio do arrolamento, foi desenvolvido um trabalho de diagnóstico no acervo museológico do Núcleo de Estudos Açorianos, tendo em vista que o mesmo já havia passado por tal procedimento anteriormente, no segundo semestre de 2014, trabalho que foi discorrido no Trabalho de Conclusão de Curso “Uma imagem vale mais que mil palavras: um estudo de caso no acervo fotográfico do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA/UFSC” (LEMOS, 2015), do atual museólogo Leonardo Hermes Lemos.

Com base nas demandas necessárias para se conhecer o acervo do NEA, definimos uma tabela que consiste em cinco campos informacionais, sendo eles: número de identificação; número de identificação anterior; existência física ou digital; descrição (informação que consta na ficha); e observação. Os dois primeiros campos são voltados para o número de registro, considerando que o acervo que já havia passado por um processo documental, recebendo um número de identificação, e que o mesmo passaria por outro processo, onde receberia uma nova identificação. O terceiro campo informacional se deve a algumas situações das quais uma única fotografia tinha duas reproduções digitais e ocupava dois números de identificação, de modo que teve que ser acrescentado posteriormente. O campo informacional que

corresponde a descrição é a informação que consta na descrição da ficha de diagnóstico, como está explicado na tabela. O campo das observações é voltado para as mudanças de descrição, o que pode ser o acréscimo de informação pesquisada ou encontrada durante o processo de diagnóstico, ou então outras informações, como o estado de conservação, no caso de fragilidade muito alta.




Figura 18 - Tabela de levantamento do acervo iconográfico

Número de Identificação	Número de identificação anterior	Existência Física e Digital	Descrição (informação que consta na ficha)	Observação (mudança da descrição, provisório)* Para apenas acrescentar na descrição, coloque a descrição anterior e mais o que quer adicionar. Para corrigir a descrição e colocar uma nova, coloque apenas a descrição nova, então saberemos que a descrição original estava incorreta.*
NEA.0001	NEA.F.01	Sim	Apresentação do Boi de mamão de Jurerê, no centro de Fpolis, em frente ao antigo Besc, Na inauguração da Casa dos Açores de Santa Catarina	
NEA.0002	NEA.F.02	Sim	Discurso da Prefeita Ângela Amin na inauguração da Casa dos Açores da ilha de Sc	
NEA.0003	NEA.F.03	Sim	Folguedo do Boi de mamão de Jurerê, na inauguração da Casa dos Açores da ilha de Santa Catarina(Destaque para a Maricota).	
NEA.0004	NEA.F.04	Sim	Folguedo do boi de mamão na inauguração da casa os açores da ilha de Santa Catarina	
NEA.0005	NEA.F.05	Sim	Apresentação da Dona Bilica durante a inauguração da Casa dos Açores da ilha de Santa Catarina.	
NEA.0006	NEA.F.06	Sim	apresentação do Folguedo do boi de mamão de Jurerê, na inauguração da Casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina(Destaque para a Maricota).	
NEA.0007	NEA.F.07	Sim	Apresentação do folguedo do boi de mamão, na inauguração da casa dos açores da ilha de Santa Catarina (Destaque pro boi, cavalo e Cavaleiro).	
NEA.0008	NEA.F.08	Sim	Apresentação do Folguedo do boi de mamão de Jurerê, na inauguração da casa dos açores da ilha de Santa Catarina.	
NEA.0009	NEA.F.09	Sim	Apresentação do folguedo do boi de mamão de Jurerê, na inauguração da casa dos Açores da Ilha de Santa Catarina(Destaque para o Boi).	
NEA.0010	NEA.F.010	Sim	Encontro do NEMU em Condiária(SC). Na foto há duas pessoas sendo: Gelci Coelho(Peninha) e Rosana Nascimento).	

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2016

Além disso, também elaboramos outra tabela para arrolamento dos objetos majoritariamente tridimensionais, com os seguintes campos informacionais: foto do objeto; números de registro anteriores; nº registro atual; objeto; material; e observações. Este último arrolamento foi concluído recentemente, no segundo semestre de 2019, onde acrescentamos as fotografias de todos os objetos e adicionamos o restante dos mesmos.

Figura 19 - Tabela de levantamento do restante do acervo

Foto do objeto	Números do Registro Anteriores	Nº Registro Atual	Objeto	Material	Observações
	1	NEA_3983	Copa com Bandeira pequena Pomba do Divino Espírito Santo	Gesso	Pomba com asa colada (asa esquerda)
	2	NEA_3984	Bandeira pequena Pomba do Divino Espírito Santo	Madeira/gesso	1999 Sant' Ana – Mirim; Objeto consta quebrado no topo do objeto, onde se localiza a pomba.
	3	NEA_3985	Bandeira pequena Pomba do Divino Espírito Santo	Madeira/Gesso	Imbituba (SC). Haste de madeira está quebrada. Pomba com asa de gesso lascada.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019

Frisamos que mesmo com a elaboração de duas tabelas para um único acervo museológico, todas as 4.457 (quatro mil e quatrocentas e cinquenta e sete) peças são tratadas como parte de um conjunto, mas que demonstraram demandas diferentes, tendo em vista que o acervo iconográfico possuía mais registros, e problemas distintos, de modo que facilitava a resolução e registro dos mesmos.

Com base nisso, em 2017, iniciamos o processo de preenchimento do diagnóstico, tendo como intuito verificar a quantidade real de objetos que estavam inseridos no acervo, bem como analisar o tratamento documental que têm sido feito desde a criação e utilização de uma ficha para diagnóstico, elaborada por Lemos (2015).

Embora o acervo possuísse uma variedade de tipologias, Lemos (2015) trabalhou um total de 300 (trezentas) peças, especificamente do

acervo iconográfico, as quais receberam tratamento de conservação preventiva, tanto na higienização quanto no seu armazenamento, bem como o tratamento documental, sendo elaborado uma ficha de catalogação ou registro, e um sistema de numeração.

Figura 20 - Tampa de vasilha

Figura 21 - Tampa de vasilha



Fonte: acervo museológico NEA

Fonte: acervo museológico NEA

Destacamos que o acervo iconográfico já havia passado por um tratamento de conservação anterior ao de Lemos (2015), que pôde ser percebido pela configuração dos álbuns onde estavam organizadas as fotografias, trabalho realizado por uma das antigas funcionárias do atual MARquE (Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral), a arquivista Wanda Rita.

No acervo iconográfico, em específico nas fotografias trabalhadas por Lemos (2015), foram encontradas em um compartimento, que pode ser acessado pelos banheiros do edifício do NEA, como mostra a figura 22, o ambiente apresentava vestígios de inseto e poeira (LEMOS, 2015). Esse espaço foi revisitado novamente em 2017, quando a autora e a ex-estagiária do NEA, Regina Lira, buscavam outros objetos que poderiam ser considerados acervo, a busca resultou no achado de algumas fotografias que constavam entre alguns documentos.

Figura 22 - Local onde foi encontrado o acervo iconográfico, em 2014.



Fonte: Lemos, 2015, p. 48.

Em 2015, Leonardo elabora uma ficha de diagnóstico para as peças do qual o mesmo trabalho em seu Trabalho de Conclusão de Curso, “A ficha tem como base mostrar dados que são relevantes tanto para a preservação material quanto informacional do objeto. “ (LEMOS, 2015, p. 54), a ficha possui quatro campos gerais, sendo eles: informações gerais

(nº de identificação, título/legenda, autor/fotógrafo, data); características físicas (tamanho e tipo de papel); estado de conservação e observações. Essa ficha de diagnóstico acabou sendo utilizada para além das 300 (trezentas) peças que foram trabalhadas pelo autor e por outros estagiários que passaram pelo núcleo.

Apesar de possuir campos informacionais importantes como o número de registro e a descrição da imagem, não deve-se limitar a este tipo de ficha, exigindo que uma ficha de catalogação/registo seja elaborada para exclusivamente cumprir seu papel como meio de registro em relação às informações dos acervos. Considerando que a área da conservação tem sob sua disponibilidade ferramentas documentais para registrar suas ações e as informações do objeto na perspectiva dos conservadores. Lemos (2015, p. 66) também comenta que, “a ficha em questão não é a mesma de documentação museológica, tampouco de conservação”.

Figura 23 - Ficha de diagnóstico do acervo fotográfico do NEA.

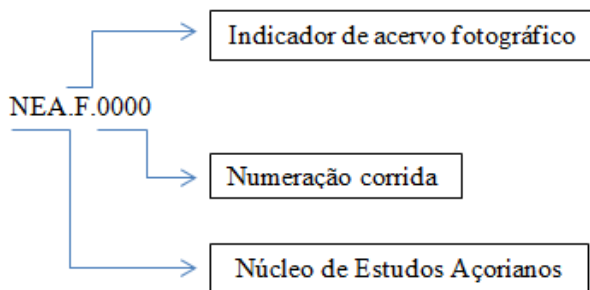
<i>Diagnóstico de acervo fotográfico – Núcleo de Estudos Açorianos/UFSC</i>			
Informações Gerais			
Nº Identificação NEA.F.	Título/Legenda:	Autor/Fotógrafo:	Data:
Descrição da imagem:			
Características físicas			
Tamanho (cm):		Tipo de papel:	
Estado de Conservação			
Ruim ()*	Regular ()*		Bom()*
Manchas () Sim () Não Causa:	Resíduos () Sim () Não Quais:		
Dobras () Sim () Não Causa:	Rasgos/Cortes/Perfurações: () Sim () Não Causa:		
Observações:			

Fonte: Lemos (2015, p.84)

Nesse sentido, o sistema de numeração que foi elaborado por Lemos (2015), segue uma lógica de número único sequencial, tendo 8 (oito) elementos em seu número de identificação, naquele momento

decidiu-se que a sigla “NEA.F.00” seria escolhida para identificar o acervo, como esclarece a figura 24.

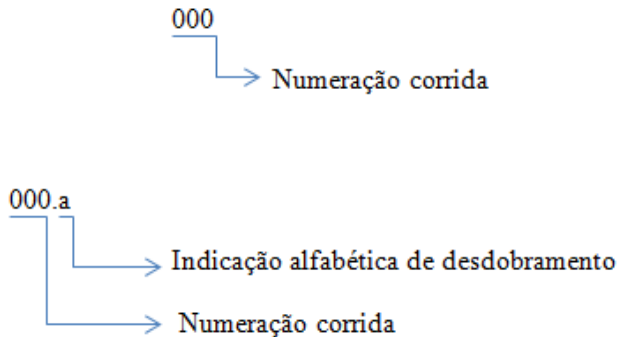
Figura 24 - Esquema explicando o sistema de numeração criado em 2014



Fonte: elaborado pela autora

No caso dos objetos tridimensionais, o sistema de numeração constava como apenas numérico, ou em casos de desdobramento, alfanumérico, não possuindo qualquer sigla que pudesse indicar a instituição. Destacamos que estas peças apenas tinham o número de registro, de forma as informações referentes a estes objetos tenham passado por algum processo de recuperação e guarda.

Figura 25 - Sistema de numeração criado para identificar os objetos tridimensionais



Fonte: elaborado pela autora

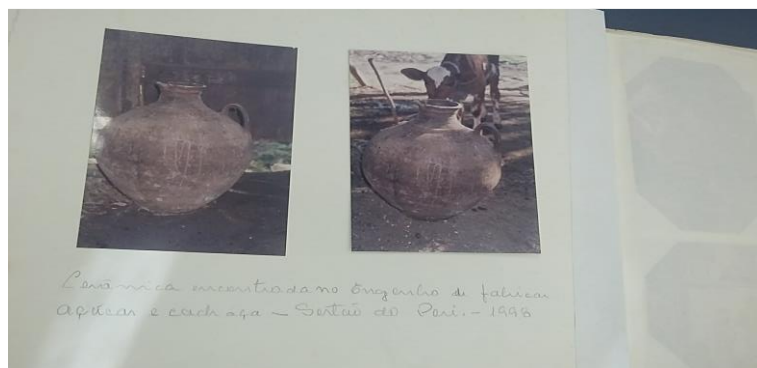
Tanto o sistema de numeração quanto a ficha foram utilizadas posteriormente, totalizando quase todo o acervo. Considerando isso, durante o primeiro projeto, ocorreu apenas um momento em que houve uma discussão referente a ficha de diagnóstico, onde foi acrescentado um campo informacional a ela, “números anteriores”, essa mudança começou a ser feita desde os primeiros objetos identificados com o número de registro criado, ainda que não tenha sido aplicada em todas as fichas de diagnóstico.

Durante este período de andamento da documentação, daquela criada em 2014, surgiram alguns problemas que correspondem ao preenchimento da ficha, bem como a própria digitalização desse acervo, tendo em vista que ainda não haviam criado um documento que constasse com orientações nesse sentido.

É importante destacar que a maioria do acervo iconográfico constava em álbuns que foram montados de modo que pudessem abrigar

as fotografias, os quais também traziam algumas informações referentes as fotografias, exceto pelos cartões postais e afins, que estavam ensacados em sacos de plástico. Essa condição foi o único tratamento documental que este tipo de acervo havia recebido, anteriormente ao trabalho de Leonardo Lemos.

Figura 26 - Fotografias no álbum. Acervo Núcleo de Estudos Açorianos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Observou-se que ao longo do processo de preenchimento do arrolamento, encontramos alguns problemas de numerações esquecidas, fazendo com que tivéssemos que averiguar o objeto para compreender a situação, pois exceto as fotografias que já haviam sido marcadas, o restante não estava marcado, estando organizados em pilhas, dificultando nossa compreensão em relação a qual identificação cada peça correspondia.

Também identificamos que 6 (seis) peças, passaram por um processo documental, onde receberam um número de identificação, que atualmente está marcado permanentemente na peça, com uma numeração

que corresponde a um conjunto alfanumérico, com 8 (oito) elementos, como indica as figuras 27 e 28. Não encontramos nenhum documento que indicasse quando isso havia sido feito, e como funcionava, portanto, esse procedimento se encontra como um processo desconhecido até o momento.

Figura 27 - Miniatura de flâmula da Prefeitura Municipal de São José

Figura 28 - Miniatura de flâmula da Prefeitura Municipal de São José



Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos

Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos

Figura 29 - Miniatura de flâmula do Grupo Folclórico da Casa de Portugal, São Paulo.

Figura 30 - Miniatura de flâmula do Grupo Folclórico da Casa de Portugal, São Paulo.



Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos

Fonte: Acervo Núcleo de Estudos Açorianos

Outro problema central foram as informações inseridas no campo da descrição da ficha. Segundo a análise realizada, algumas descrições que correspondem a ficha de diagnóstico, constavam como desconexas em relação a fotografia a qual estava atrelada a ficha, gerando confusão informacional entre o registro documental e o objeto. Ainda no âmbito da descrição houve momentos em que haviam apenas a descrição do evento no qual a fotografia foi tirada, de modo que não se tinha certeza se realmente aquela descrição pertencia àquela fotografia, tendo em vista que algumas fichas possuíam a descrição errada. Portanto, em certos momentos exigiu-se que fizéssemos investigações referentes ao contexto

da fotografia para averiguar a veracidade da informação, como apresenta a figura 31.

Figura 31 - Peças com descrições errôneas apresentadas na ficha, ao lado percebe-se a descrição correta conforme investigações.

NEA 2714		Sim	Mariana do grupo <u>Crú</u> de Jaguaruna/SC.	11º AÇOR em São Francisco do Sul, boi de mamão de Garopaba e grupo folclórico São Luiz Gonzaga, agosto de 2004.
NEA 2715		Sim	Caipora do Boi de Mamão do grupo folclórico São Luiz Gonzaga de Garopaba.	Mariana do grupo <u>Crú</u> de Jaguaruna/SC.
NEA 2716		Sim	Boi de mamão do grupo Folclórico São Luiz de Gonzaga de Garopaba - SC.	Caipora do Boi de Mamão do grupo folclórico São Luiz Gonzaga de Garopaba.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.


Figura 32 - Peças com descrições errôneas apresentadas na ficha, ao lado percebe-se descrição correta conforme investigações.

NEV 7054		Sim	χίλιθρ 3 000 αυοζ δε οσνβζέθρ ηηυαυα' εχθοεζέθρ	Αΐοιυαοζ (NEV) Αΐοιζ δε Εμπαρκακιζ δε Κοζουβιζ αο ηηοζο δε Εζηηοζ
NEV 7053		Sim	χίλιθρ 3 000 αυοζ δε οσνβζέθρ ηηυαυα' εχθοεζέθρ	Αΐοιυαοζ (NEV) Αΐοιζ δε Εμπαρκακιζ δε Κοζουβιζ αο ηηοζο δε Εζηηοζ
NEV 7053		Sim	χίλιθρ 3 000 αυοζ δε οσνβζέθρ ηηυαυα' εχθοεζέθρ	Αΐοιυαοζ (NEV) Αΐοιζ ηεζιζε ηηοη εμ Αΐοιζ αο ηηοζο δε Εζηηοζ
NEV 7057		Sim	χίλιθρ 3 000 αυοζ δε οσνβζέθρ ηηυαυα' εχθοεζέθρ	(NEV) δε εμπαρκακιζ ηηοζοηθρ ηο ηηοζο δε δε εζηηοζ Αΐοιυαοζ ηηοζο δε εμπαρκακιζ ηηοζοηθρ ηο ηηοζο δε δε εζηηοζ Αΐοιυαοζ

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outro ponto a ser destacado também é o entendimento em relação ao o que deve ser levado em conta como desdobramento, este sendo entendido como uma parte que faz composição de um conjunto de peças, portanto, foi importante realizar uma investigação física do objeto para perceber se o mesmo era realmente um desdobramento ou apenas estava desconectado devido a ações exteriores, seja humana ou do tempo. Este foi o caso do objeto trazido na figura 33, onde a parte representante do personagem da Maricota foi entendida como um desdobramento, contudo, foi constatado que o objeto apenas estava descolado da base, onde traz outros personagens do Boi de Mamão.

Figura 33 - Objeto representando alguns elementos da manifestação Boi de Mamão.

	47a		Encenação do boi de mamão em miniatura	Argila	A <u>maricota</u> está solta da base.
	47b	NEA.4028	Miniatura de mulher/Maricota	Argila	Não é desdobramento, pois era originalmente colada a base.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

4. ESTUDO DE CASO: A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO NEA

De acordo com Camargo-Moro (1986), a documentação museológica tem papel imprescindível no ato de preservar o acervo museológico das instituições museais, sendo um sistema elaborado para contemplar a salvaguarda informacional do acervo, evitando informações imprecisas e a não padronização dos seus métodos de inserção.

A documentação museológica elaborada para o acervo do NEA teve importância vital no conhecimento e controle, criando a possibilidade de então realizar outras atividades que utilizem o acervo e suas informações, tais como publicações e eventos. Além disso, este processo documental também oferece segurança ao acervo, e conseqüentemente, elencando e registrando sua importância naquele meio social.

Para que essa pesquisa pudesse acontecer, foi realizado um diagnóstico de acervo com o intuito de conhecer o acervo e os tratamentos documentais que o mesmo havia ou não passado, processo que se desenvolveu por meio do agrupamento de informações quanto ao acervo e sua identificação ou não dos objetos que faziam composição do mesmo.

Tendo consciência de que o acervo do NEA possuía uma numeração alfanumérica, ainda que não se sabia se todos os objetos seguiam o mesmo padrão ou mesmo se possuíam alguma identificação, o diagnóstico teve primeiramente como alvo o acervo iconográfico. O diagnóstico foi configurado em uma tabela no programa Microsoft Word, que havia 5 (cinco) campos informacionais, sendo eles: número de identificação; número de identificação anterior; existência física ou digital; descrição (informação que consta na ficha); e observação.

A primeira etapa do diagnóstico teve como objetivo identificar todos os objetos de cunho iconográfico, incluindo suas informações quanto a representação da imagem, informações das quais eram retiradas das fichas de catalogação. Com base nisso, começamos a notar os primeiros problemas quanto às informações que constavam nas fichas, a descrição de alguns objetos não refletiam com a imagem apresentada no mesmo, ou possuíam apenas uma informação geral, como por exemplo, “Festa da Cultura Açoriana - Içara”, dificultando a distinção entre os objetos, se não considerar o número de identificação. Por conta disso, passamos a fazer uma nova descrição do objeto iconográfico - ainda que não tenha sido a mais ideal - no campo “observação”, indicando que seria necessário uma correção.

A segunda etapa contemplou o restante do acervo, que consistia em objetos majoritariamente tridimensionais, mas que não possuíam muitos registros escritos, exceto por um número de identificação e algumas designações gerais, tais como “Bandeira”. Essas designações geraram muitas dúvidas por conta da ausência de informação quanto aos objetos, causando a perda informacional em muitos casos também, tendo

em vista que alguns objetos que possuíam uma designação cultural eram entendidos como algo mais genérico, como por exemplo, “artesanato”.

Por fim, o diagnóstico trouxe muitas questões que resultaram em diversas reflexões quanto a necessidade de uma documentação museológica que cumpra seu papel de forma disciplinar e metódica, buscando a clareza informacional quanto ao acervo trabalhado. Essas questões não só trouxeram reflexões, mas problemas que ocorrem frequentemente em muitas instituições públicas e privadas, tais como a ausência de parâmetros e definições quanto ao sistema de documentação museológica, quando existente.

Uma das questões mais recorrentes percebidas a partir do diagnóstico, foi a inexistência de orientações quanto o preenchimento da ficha de diagnóstico elaborada por Lemos (2015), trazendo algumas consequências quanto a falta de informação ou mesmo informações não condizentes com a realidade do objeto.

Portanto, este capítulo tem como ênfase promover discussões e análises referentes ao desenvolvimento da documentação museológica do acervo do NEA, sendo guiado por uma perspectiva de pesquisadora, amparada por autores da área.

No Núcleo de Estudos Açorianos, os procedimentos e ferramentas de documentação museológica são assegurados por meio de um sistema elaborado entre 2017 a 2019, ainda que seja necessário desenvolver e estabelecer mais instrumentos que possam auxiliar no controle e salvaguarda do acervo, bem como disciplina quanto ao uso destes mesmos por aquele ou aqueles que estiverem trabalhando com o acervo museológico do NEA.

Assim como o antigo sistema de documentação elaborado, o atual sistema utilizado também deve sempre estar acompanhado de um pensamento crítico em busca de melhorias na recuperação e salvaguarda da informação, e conseqüentemente, do objeto, desenvolvendo ferramentas que possam auxiliar na segurança do acervo e a instituição do qual o mesmo está localizado. Portanto, salientamos que o atual sistema de documentação não deve ser entendido como um processo cristalizado, mas como uma ação que deve sempre estar em desenvolvimento, de forma que é necessário atualizá-la conforme necessidades futuras.

Conforme Cândido (2006), especialistas seguem algumas medidas de cunho técnico buscando alcançar o bom funcionamento de um sistema de documentação, sendo elas:

- clareza e exatidão no registro dos dados sobre os objetos, sejam textuais, numéricos (códigos de identificação) ou iconográficos;
- definição dos campos de informação integrantes da base de dados do sistema (código do objeto, seu nome, origem, procedência, datação, material e técnica, autoria, entre outros);
- obediência a normas e procedimentos pré-definidos, os quais devem estar consolidados em manuais específicos (práticas de controle de entrada e saída de objetos, de registro, classificação, inventário, indexação, etc.);
- controle de terminologia por meio de vocabulários controlados (listas autorizadas para campos, tais como: nome do objeto, material, técnica, tema, assunto, etc.);
- elaboração de instrumentos de pesquisa diversos (guias, catálogos, inventários, listagens), visando identificar, classificar, descrever e localizar os objetos dentro do sistema, favorecendo a recuperação rápida e eficiente da informação;

- previsão de medidas de segurança com relação à manutenção do sistema, garantindo-se a integridade da informação. (CÂNDIDO, 2006, p.36)

A partir destes princípios para uma boa documentação, elaborou-se algumas ferramentas e métodos que possam auxiliar na recuperação e salvaguarda da informação referente aos objetos do acervo museológico do NEA, ainda que não atendam toda a demanda que o acervo necessita.

4.1 SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA DO NEA

Com base nas demandas do acervo museológico do NEA que surgiram a partir do diagnóstico do mesmo, o primeiro elemento estipulado para decodificação do acervo foi o estabelecimento de um sistema de numeração para identificação dos objetos, sendo este ponto entendido como o mais urgente naquele momento devido as complicações que são geradas por conta da não identificação dos objetos que compõe o acervo, como a perda informacional dos mesmos, assim como os instrumentos de documentação que já haviam sido criados a partir do sistema de documentação criado em 2014.

Essa perda informacional se dava principalmente pela existência de um grande número de peças, das quais eram majoritariamente do cunho iconográfico, que não possuíam número de identificação marcado na peça, de forma que grande parte do acervo estava enfileirado em pilhas. Exceto pela digitalização desses objetos e um número de identificação acrescentado como o nome do arquivo, não havia outra forma de

identificação do acervo iconográfico, exigindo que houvesse um cuidado redobrado no preenchimento dessas informações na tabela do diagnóstico.

Portanto, a elaboração deste sistema de documentação e sua aplicação se dividiu em dois momentos, o primeiro estava voltado para o acervo que já havia passado por procedimentos documentais, tais como o ganho de identificação e uma ficha de diagnóstico, que era um acervo apenas de caráter iconográfico, o segundo foi voltado para o restante do acervo, que era majoritariamente tridimensional.

Como explicado anteriormente, um total de 300 peças do acervo museológico, haviam passado por um processo documental onde as mesmas ganharam um número de identificação e uma ficha de diagnóstico, incluindo higienização e acondicionamento conforme indica a conservação de acervo (LEMOS, 2015). Cada peça ganhou uma proteção em papel A4 com pH neutro, proteção da qual também serviu como etiqueta para marcação do número de identificação da mesma, peças que foram acondicionadas em uma caixa de polionda.

Figura 34 - Fotografia condicionada em papel



Fonte: arquivo pessoal autora

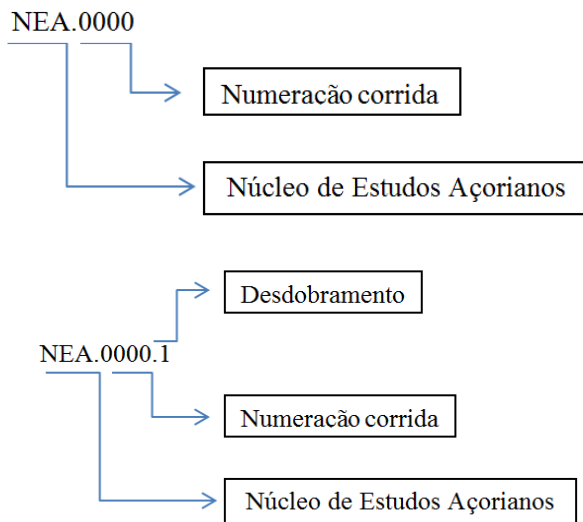
Posteriormente, o restante do acervo de cunho iconográfico também passa pelo mesmo processo, exceto pela inexistência de um acondicionamento adequado, onde as mesmas eram empilhadas seguindo a ordem de seus números de identificação. Em 2018, as peças que ainda estavam enfileiradas, receberam uma proteção em papel A4 e foram condicionadas em caixas de polionda e de papelão, apesar desta última não ser a mais adequada, não há muitos recursos para que caixas deste tipo possam ser compradas.

Destacamos que o acervo referido anteriormente foi digitalizado e inserido na pasta em que utilizamos para salvaguardar toda informação do acervo, todos os arquivos foram renomeados conforme o número de registro da peça. Este procedimento facilitou em muito a compreensão do acervo a partir da elaboração do arrolamento e diagnóstico do mesmo, principalmente por conta da ausência de número de identificação marcado no acervo, ainda que encontramos algumas situações onde a fotografia não estava digitalizada, exigindo que fizéssemos várias verificações no acervo em seu âmbito físico e digital.

Após o término do arrolamento referente ao acervo de caráter iconográfico, foi elaborado o número de registro, este passou por um processo de discussões, tais como a necessidade de criar uma identificação simples e que possa ser usada em qualquer tipo de acervo que venha ser adquirido, obtivemos o resultado de uma numeração com 8 (oito) elementos, sendo ela “NEA.0000”. Em caso da existência de desdobramento, ou seja, peças que fazem parte de um mesmo conjunto, acrescenta-se o ponto (sinal de pontuação) e o número do desdobramento.

Figura 35 - Esquema esclarecendo o sistema de numeração.

Figura 36 - Esquema esclarecendo o sistema de numeração.



Fonte: elaborado pela autora.

Fonte: elaborado pela autora.

Esta numeração deve ser seguida conforme definido pelo sistema de documentação museológica, é imprescindível que todos os objetos do acervo possuam um número de identificação, sem exceções.

4.2 FERRAMENTAS PARA NORMATIZAÇÃO

Considerando que a função da documentação museológica só pode ser alcançada com auxílio de procedimentos e métodos, é extremamente essencial que se crie ferramentas para documentação de toda informação

que corresponde o acervo museológico da instituição. Essas ferramentas são representadas em formato de documentos, que podem assegurar a integridade da peça e a situação legal da peça, sendo considerados de extrema importância dentro da dimensão jurídica da instituição.

É importante destacar que o NEA ainda não detém uma política de acervos, este sendo um documento legal que consiste no estabelecimento de procedimentos e deliberações relacionados à aquisição, proteção e utilização do acervo, devendo ser publicizado, conforme recomenda o Código de Ética do ICOM (ICOM, 2009). A ausência deste documento pode ocasionar alguns problemas, tais como aquisição de peças que não possuem relação com a temática do acervo, ou então, a integração de objetos de origem legal desconhecida.

Para que a gestão de coleções tenha sucesso, as decisões sobre o acervo do museu devem ser sempre tomadas de modo consistente e após consideração cuidadosa. Uma tomada de decisão eficaz fundamenta-se numa política eficaz. Por essa razão, o documento mais importante do acervo do museu é a Política de Gestão do Acervo. [...] Uma vez documentada, a política de gestão do acervo serve como guia prática para o pessoal do museu e como documento público que explica como o museu assume a responsabilidade pelo acervo ao seu cuidado. (LADKIN, 2004, p. 18).

Tendo em vista que a instituição não possui funcionário ou setor que possa se deter exclusivamente para elaborar tal documento, não há nenhum documento que descreva tais deliberações quanto a construção do acervo, apesar de haverem aquisições de peças até os dias atuais. Para cobrir a demanda de tal movimentação de integração de objetos no acervo

museológico, desenvolveu-se uma proposta de ferramenta documental que comprove a doação de peças, que é o método mais recorrente de incorporação de acervo segundo análise das peças.

A partir do termo de doação de acervo - elaborado em 2017 - busca-se colher as informações do doador, bem como algumas informações relacionadas ao objeto em questão, compondo um total de 12 (doze) campos informacionais a serem preenchidos, sem contar as assinaturas - do doador e do coordenador do NEA -, local e data. Ainda que possua lacunas, buscou-se trazer informações mais voltadas para a fabricação dos objetos, tendo em vista que grande parte são criadas manualmente.

Ainda que a ficha de diagnóstico, elaborada por Lemos (2015), tenha sido um instrumento de suma importância para salvaguarda informacional do acervo, considerando que a mesma contempla 13 (treze) campos para serem preenchidos, buscamos uma ferramenta que possa preencher as lacunas da ficha de diagnóstico, chegando a conclusão de elaborar uma ficha de catalogação seria o melhor a se fazer.

Tendo em conta que a ficha de diagnóstico traz questões que são importantes não só para a documentação, mas para a área da conservação também, e isso acaba dificultando na definição de quais campos são mais necessários para o acervo, que conseqüentemente acaba gerando a perda informacional. Considerando a necessidade de evitar que informações sejam perdidas, elaboramos uma ficha de catalogação que traz um número maior de campos informacionais a serem preenchidos, mas que diferente da ficha anterior, é mais voltada para as demandas da documentação museológica.

A ficha de catalogação constitui o instrumento de documentação museológica, que mais deve abrigar informações referentes ao objeto, este devendo sempre possuir um número de identificação. Salientamos que o seu uso é obrigatório para preenchimento das fichas de catalogação, devendo estar junto ao profissional museólogo ou outro correspondente a área, durante todo o processo de preenchimento.

No NEA, a ficha de catalogação apresenta 26 (vinte e seis) campos informacionais a serem preenchidos, estes campos são fragmentados em 9 (nove) partes, sendo elas: identificação; descrição intrínseca; dimensões; estado de conservação; descrição do objeto; histórico do objeto; referências relacionadas ao objeto; observações; e informações do registro da ficha de catalogação.

Figura 37 - Ficha de catalogação do acervo museológico do NEA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE CULTURA E ARTE NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS	
Ficha de Catalogação	
Nome do Objeto:	Número do Objeto:
Modo de Aquisição:	Outros números:
Data da aquisição:	Objetos relacionados:
Procedência:	FOTOGRAFIA
Localização:	
Descrição intrínseca	
Autor:	
Material:	
Técnica de Produção do Objeto:	
Origem do objeto:	
Dimensões	
Altura:	
Largura:	
Comprimento:	
Diâmetro:	
Peso:	
Estado de conservação	
(...) Ótimo () Bom () Regular () Ruim	Observações:
Descrição do objeto	
Histórico do Objeto	
Referências relacionadas ao Objeto	
Observações	
Data do Registro:	
Responsável pelo Registro (nome):	Assinatura:
Data de revisão da ficha:	
Responsável pela revisão (nome):	Assinatura:

Fonte: idealizado e elaborado pela autora e pela ex-estagiária do NEA, Mônica Brogliatti.

A partir da ficha de catalogação, onde encontra-se o campo informacional “localização”, elaborou-se outro documento que procura auxiliar no preenchimento deste campo. Salientamos que o NEA ainda não possui uma estrutura própria para o acervo em questões de conservação, documentação e exposição, estando sob ou dentro de armários, em estantes, e pendurados em paredes.

Em questões de conservação, é extremamente perigoso devido aos riscos que o ambiente apresenta, tais como a existência de luz natural, ainda que existam persianas nas janelas, e luz artificial, que é constante devido a utilização do espaço pelos funcionários, tendo em vista que é uma área administrativa. Outro risco muito recorrente são as sujidades que vão se acumulando durante o tempo, devido a existência de poeira e outros elementos que são trazidos do âmbito externo ao prédio.

Durante o processo de documentação, notou-se muita dificuldade em encontrar o próprio acervo da instituição, pois estavam em locais que não estavam indicados em qualquer documento, exigindo que houvesse uma checagem geral em todos os ambientes da sede do NEA, além de questionar o próprio coordenador do NEA, que possui uma trajetória no NEA desde 1992.

Temendo que futuramente ocorressem os mesmos problemas, optou-se por elaborar uma proposta de localização emergencial, que ainda não cumpre todos os requisitos para que tenham tal função, onde se passou por algumas opções de criação de tal ferramenta. Salientamos que as peças também se encontram junto a outros materiais, tais como o acervo bibliográfico e arquivístico, e em certos casos, ocupando um mesmo móvel.

Camargo-Moro (1986), demonstra uma forma de preencher a ficha de identificação, onde são apresentadas as alternativas: exposição; reserva técnica; e outros. Assim como Camargo-Moro, outros autores como Cândido (2006) também recomendam o mesmo procedimento para preenchimento deste campo.

Inicialmente, se pensou em realizar uma divisão que consistia entre térreo e primeiro andar, de forma que especificava apenas em qual dos espaços o acervo estava localizado, mas considerando que ambos espaços possuem uma grande quantidade de móveis, ficou decidido que os locais que são utilizados para abrigar o acervo ganhariam uma numeração, de modo que ficaria “Localização 1” (exemplo). Essa localização seria representada em uma planta baixa - a qual não será apresentada neste documento por questões de segurança -, facilitando a busca por determinados objetos, ainda que não seja o instrumento mais adequado para tal funcionalidade, devido a sua imprecisão em relação ao objeto em armários por exemplo, considerando que o mesmo possui gavetas e/ou prateleiras. Outro ponto negativo seria a constante necessidade de realizar atualizações na planta baixa e no próprio sistema de localização criado, pois o acervo pode ser facilmente movido para outros lugares dentro do ambiente devido a exiguidade em relação a gestão do próprio acervo, bem como outros motivos já citados, a inexistência de pessoal e espaço exclusivamente para o acervo.

Figura 38 - Instrumento para localização do acervo museológico no NEA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE CULTURA E ARTE
NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS

Localização no espaço em relação ao acervo museológico do Núcleo de Estudos Açorianos

Este documento tem como intuito indicar e localizar o acervo museológico no espaço do Núcleo de Estudos Açorianos. Apesar de não possuir um local adequado conforme as necessidades de conservação e exposição, esta ferramenta foi elaborada para fazer com que haja uma melhor compreensão em relação ao acervo, auxiliando também na documentação museológica do acervo.

1º Andar da sede do NEA

- a) Localização 1
- b) Localização 2
- c) Localização 3
- d) Localização 4
- e) Localização 5
- f) Localização 6
- g) Localização 7
- h) Localização 8
- i) Localização 9
- j) Localização 10
- k) Localização 11
- l) Localização 12

2º andar da sede do NEA

- a) Localização 13
- b) Localização 14

¹ Como o acervo não possui local adequado para exposição ou então, salvaguarda, este sistema de localização foi criado apenas para suprir informações necessárias em relação à localização do acervo, com expectativas de que posteriormente o NEA receba um local apropriado para conservação de seu acervo.

Fonte: idealizado e elaborado pela autora.

Além disso, o NEA realiza o serviço de empréstimo de acervo, este sendo mais voltado para objetos específicos do acervo museológico do NEA, tais como as bandeiras dos Açores e Portugal. E para que isso seja possível, um documento que busque a segurança desse acervo é essencial para a instituição ou órgão, tal como o termo de empréstimo, este sendo uma ferramenta para assegurar a integridade do acervo que está sendo emprestado, o mesmo pode trazer convenções para transportá-lo, expor e conservar. O Núcleo de Estudos Açorianos conta com um termo de empréstimo (Anexo I), que traz um total de 13 (treze) campos a serem preenchidos, sendo eles sobre o doador ou doadores, o objeto ou objetos que estão sendo doados, data e assinatura.

Além desta ferramenta, o NEA também possui um termo de doação (Anexo II), tendo em vista que o órgão recebe uma pequena quantidade de objetos anualmente, geralmente provenientes de doações geradas a partir de eventos que o NEA participa e/ou promove. O termo de doação desenvolvido conta com um total de 16 (dezesesseis) domínios informacionais que buscam suprir as demandas do registro da ficha de catalogação, como o nome do doador ou doadores.

Além do termo de doação, outro instrumento desenvolvido pela autora foi um modelo de inventário de bens museológicos (Anexo III), semelhante ao Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, que foi criado pelo IBRAM, a partir da Resolução Normativa nº 02, de 29 de Agosto de 2014. Essa normativa traz como proposta a unificação das informações de todos acervos museológicos - bibliográfico, arquivístico, etc - das instituições museais do país, essa normativa ainda orienta como preencher cada campo necessário para cumprir as demandas do inventário (BRASIL, 2014).

Com base nas demandas do INBCM (Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados), elaboramos um inventário com um total de 6 (seis) campos informacionais a serem completados, sendo eles: número de registro; outros números; situação; denominação; dimensão física; e resumo descritivo. Embora o INBCM exija uma grande quantidade de informações, muitas delas estão voltadas para informações das quais não temos ou não há planos, por exemplo, para a criação de uma classificação, como solicita o inventário do IBRAM. Para evitar confusão no momento de preenchimento do inventário, elaboramos um pequeno manual (Anexo IV) para que os campos possam ser respondidos de forma clara e padronização quanto a inserção da informação.

Pensando também no controle do acervo museológico quanto à exposição do mesmo como imagem em trabalhos acadêmicos e outros do mesmo gênero, elaboramos um termo de cessão de uso de imagem (Anexo V), que exerce papel importante não só para o controle, mas também para ter consciência da existência de tais trabalhos, considerando que os mesmos podem auxiliar no recolhimento de informação quanto ao acervo.

4.3 MANUAL PARA PREENCHIMENTO DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO DO NEA

A ficha de catalogação é um instrumento de suma importância para recuperação e salvaguarda da informação relacionada ao objeto que compõe o acervo de uma instituição, exigindo que seja realizada uma pesquisa mais profunda nos diversos meios comunicacionais existentes,

e nas mais diversas fontes de informação, sempre realizando a checagem da qualidade e veracidade da informação.

Para preenchimento da ficha, Ferrez e Peixoto (1996), indicam três fontes informacionais que podem ser utilizadas como principais, a primeira delas é o próprio objeto em si, o segundo são consideradas as inscrições nele, seja manuscrito ou impresso pelo autor ou autores, e o último é o material bibliográfico fornecido pelo autor ou autores. Caso não haja nenhuma destas fontes informacionais disponíveis, as autoras recomendam que sejam utilizados na seguinte ordem:

- a) dados fornecidos por outras fontes que não o autor ou grupo de autores, existentes na obra (etiquetas, inscrições de terceiros), ou que a acompanha (documentos recebidos e/ou produzidos quando de sua aquisição.
- b) fontes de referência: catálogos, raisonnés ou de exposições, livros, periódicos, etc.
- c) outras fontes tais como inventários, depoimentos, etc. (FERREZ; PEIXOTO, 1996, p. 10)

É importante salientar que ao utilizar a fonte proveniente do autor ou autores, é necessário realizar uma pesquisa e análise para se ter certeza que a mesma é realmente do autor, buscando analisar a caligrafia do autor, por exemplo.

Tendo em vista que o NEA não possui espaço e recursos financeiros disponíveis para optar pelo preenchimento manual das fichas de catalogação, a mesma será preenchida digitalmente de forma que necessite acrescentá-la renomeando o arquivo com o número do objeto que foi descrito na ficha em questão. Em caso do sistema de preenchimento manual ser adotado, é preciso aplicar tal procedimento em todo acervo, considerando que o mesmo deve ser organizado de forma sistêmica dentro da instituição, sem descartar a digitalização do material

posteriormente, para evitar perda da informação. Outra questão a considerar ao realizar o preenchimento manual, é a utilização de caneta na cor preto ou então lápis 6B para preenchimento, dependendo das condições de conservação que o ambiente proporciona.

Partindo da necessidade de haver convenções, como indica Camargo-Moro (1986), o presente subcapítulo apresenta normas metodológicas para preenchimento da ficha de catalogação do acervo museológico do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA/UFSC), sendo elaborado para esclarecer e descrever como cada campo informacional da ficha de catalogação deve ser preenchido, de forma que ocorra um controle e padronização das informações a serem acrescidas. O desenvolvimento de tal ferramenta foi feito com base em Camargo-Moro (1986), Ferrez (1996), Cândido (2006), Padilha (2014) e, Teixeira e Ghizoni (2012), autoras que buscam trazer de forma clara em relação aos campos informacionais que são apresentados na ficha de catalogação.

4.3.1 Número do objeto

Este campo informacional corresponde ao número de registro individual da peça, concordante com o sistema de numeração estabelecido. A numeração é um elemento obrigatório em toda documentação museológica, pois a partir dele, podemos identificar determinado objeto que compõe o acervo, bem como os documentos que são relacionados a ele, tais como a ficha de catalogação.

Este número, também pode ser considerado número de registro, devendo ser utilizado como identificador do objeto de forma permanente, quando o objeto corresponde ao acervo permanente do museu, regra que não se aplica em alguns casos, como acervo proveniente de empréstimo.

Destacamos que a numeração deve ser inserida de forma completa, utilizando todos os elementos que correspondem à mesma, incluindo o símbolo de ponto e os elementos alfabéticos em maiúsculo.

4.3.2 Outros números

Este corresponde a outros números de identificação/registro que a peça venha a ter quando o mesmo deu entrada no acervo da instituição, também podendo ser numerações que foram utilizadas para identificar determinado objeto em outras instituições ou coleções. Este campo também será utilizado para preencher os números de identificação provisórios ou auxiliares que a peça possa ter tido como objeto museológico na instituição, no caso, o Núcleo de Estudos Açorianos. Caso não houver, utilizar o hífen para representar que a informação é inexistente.

4.3.3 Objetos relacionados

Compreende o campo informacional onde devem ser preenchidos os objetos relacionados à peça que está sendo trabalhada na ficha de catalogação, por meio do número de identificação do objeto. Estes objetos relacionados devem fazer parte de um conjunto do qual o objeto que está sendo descrito na ficha de catalogação, também esteja inserido.

Como por exemplo, ao preencher a ficha de catalogação de uma xícara que possui a numeração “NEA.0001.1”, esta xícara acompanha um pires de numeração “NEA.0001.2”, portanto, deve-se preencher o campo informacional citado utilizando a numeração do pires. Caso não houver, deixar o campo em branco.

Exemplo:

Nome do Objeto: Xícara

Número do Objeto: NEA.0001.1

Objetos relacionados: NEA.0001.2

Exemplo:

Nome do Objeto: Taça

Número do Objeto: NEA.0002.1

Objetos relacionados: NEA.0002.2; NEA.0002.3; NEA.0002.4

4.3.4 Nome do objeto

Este campo informacional é referente à representação do objeto em si. Podendo ser uma designação que esteja constatada no objeto, ou seja, inserir a denominação da função do objeto, estando acompanhado a uma designação específica. No caso dos objetos que não possuem nome, mas oferecem alguma informação que indique o contexto da representatividade do objeto, é necessário realizar uma investigação para elaborar um nome. Caso não houver nenhuma informação que conste na peça e sua função não possa ser percebida, preencher o campo com a inscrição: não identificado.

Exemplo:

Objeto com placa que oferece informações referentes a sua função, bem como as esfericidade referentes a sua função.

Nome do objeto: Troféu Açorianidade 2010 – Especial.

Exemplo:

O objeto é configurado em formato de bandeira em pequeno porte, tem coloração vermelha e possui uma pomba com asas abertas no centro, além disso, está atada a uma haste em madeira escura.

Nome do objeto: Miniatura de bandeira do Divino Espírito Santo.

4.3.5 Modo de aquisição

Este campo se refere ao tipo de aquisição realizada, seja por doação ou empréstimo. Devendo inserir a informação de acordo com o que foi descrito nos documentos de entrada da peça no acervo. Caso não houver documentação com esta informação ou então não houver ninguém que trabalha no NEA que possa oferecer essa informação, preencher o campo com a inscrição “desconhecido” ou deixar em branco.

4.3.6 Data de aquisição

Este tópico é atrelado ao modo de aquisição, onde deve ser preenchido a data em que foi efetuada a aquisição da peça, devendo ser acrescentado por extenso. Caso não houver tal informação, preencher como “Desconhecido”.

4.3.7 Procedência

Este item deve ser preenchido com a informação referente a instituição ou pessoa (s) que era proprietário de tal objeto anteriormente a integração do mesmo no acervo, este campo é designado à instituição ou pessoa que realizou a doação do objeto ao NEA. Caso a pessoa estiver fazendo a doação em nome da instituição, deve-se preencher com o nome da instituição. Ademais, se houver mais de um doador, é necessário

acrescentar todos os nomes, separando os mesmos com o uso do ponto e vírgula, caso os mesmos possuírem pseudônimo, mas se haver apenas nomes, utilizar apenas a vírgula para separá-los.

4.3.8 Localização

Este tópico se refere a localização do objeto na instituição em que se encontra, neste caso, o NEA. Devendo seguir um sistema de localização pré-definido, que atualmente apenas conta com um documento que explicita a localização temporária do acervo.

4.3.9 Autor

Neste tópico registra-se o nome do (s) autor (es) físico (s) e/ou jurídico (s) que produziram o objeto, obedecendo a grafia de vocábulos brasileiros conforme há mudanças, e deixando os nomes estrangeiros em seu formato original. Sobre o preenchimento deste campo, existem alguns momentos que devem ser considerados:

- a) Se houver mais de um autor, inseri-los conforme inscrito no objeto ou em material ou seguir segundo apresentado nas principais fontes informacionais, se não houver padronização entre elas, inserir a informação conforme ordem alfabética, separando os nomes utilizando ponto e vírgula. Ex: Gelci José Coelho, Peninha; Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho.
- b) Caso o (s) autor (es) possuir (em) pseudônimo (s), acrescentar o mesmo logo após o (s) nome (s) completo do (s) autor (es), utilizando a vírgula para separá-lo (s). Ex: Gelci José Coelho, Peninha.

- c) Se o objeto foi fabricado em nome da instituição/órgão, é necessário acrescentar tal informação, colocando primeiramente o nome da instituição/órgão e posteriormente o (s) nome (s) do (s) autor (es), separando os mesmos com o uso da vírgula. Ex: Núcleo de Estudos Açorianos/UFSC, Joi Cletison Alves.
- d) Em situações em que não se encontra o nome e nem o pseudônimo, preencher o campo com “Desconhecido”.

4.3.10 Material

Registrar-se qual ou quais materiais foram usados para produzir tal objeto. É imprescindível preencher este campo para possíveis riscos que o mesmo pode estar exposto no ambiente, considerando sua conservação. Se não houver conhecimento do material especificamente utilizado para fabricação da peça, pode-se utilizar um termo mais genérico. Como por exemplo, se há uma escultura feita em um tipo de madeira, mas não há certeza sobre a tipologia de madeira, deve-se utilizar o termo “Madeira”. Com a existência de mais de um tipo de material, sendo separados por vírgula.

Exemplo: Madeira, escama de peixe.

4.3.11 Técnica de produção do objeto

Inscriver a técnica que foi empregada na produção da peça. A técnica é definida como os procedimentos dos quais o material passou para se tornar o que se conhece pelo objeto em seu estado. Se houver mais de mais uma técnica de produção empregada, utilizar a vírgula para separá-las.

Exemplo: Entalhe, douramento.

4.3.12 Origem do objeto

Apontar, em ordem e por extenso, o país, estado ou a cidade/município onde o objeto foi produzido, não precisando preencher o país. Indica-se que o preenchimento seja feito iniciando com o nome da cidade/município, com o acrescento da barra, seguido pelo nome do estado, o hífen e o país. Caso a origem não seja conhecida, preencher com “Desconhecido”.

Exemplo: Florianópolis/Santa Catarina - Brasil.

Exemplo: Palhoça/Santa Catarina.

Exemplo: Santa Catarina - Brasil.

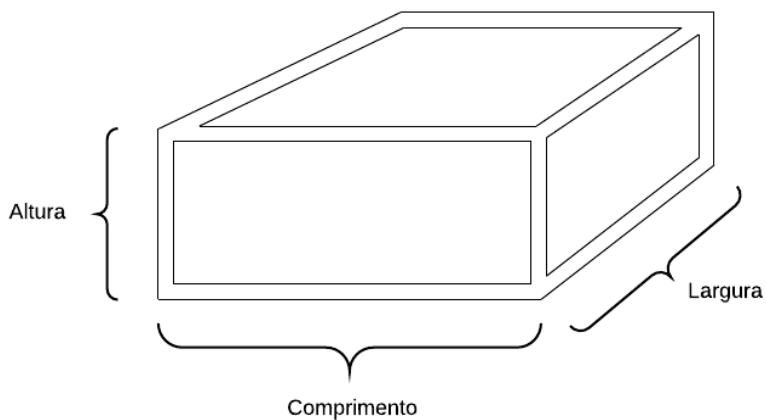
4.3.13 Dimensões

O tópico em questão deve ser preenchido com as medidas do objeto, sendo muito relevante por alguns motivos, tais como identificação do objeto, sua segurança, planejamento dos móveis para sua exposição e salvaguarda na reserva técnica. Em caso de superfície irregular, considerar os pontos mais altos/largos/compridos. Partindo da ficha de catalogação, existem 5 (cinco) campos informacionais a serem completados: altura, comprimento, largura, diâmetro e peso.

Para realizar a medição, se utiliza trenas, paquímetros de metal e balança, podendo também aderir às régua de metal com o uso de algum objeto comprido e fino para saber a medida exata. Recomenda-se que as fitas métricas de madeira ou tecido não sejam utilizadas para tal

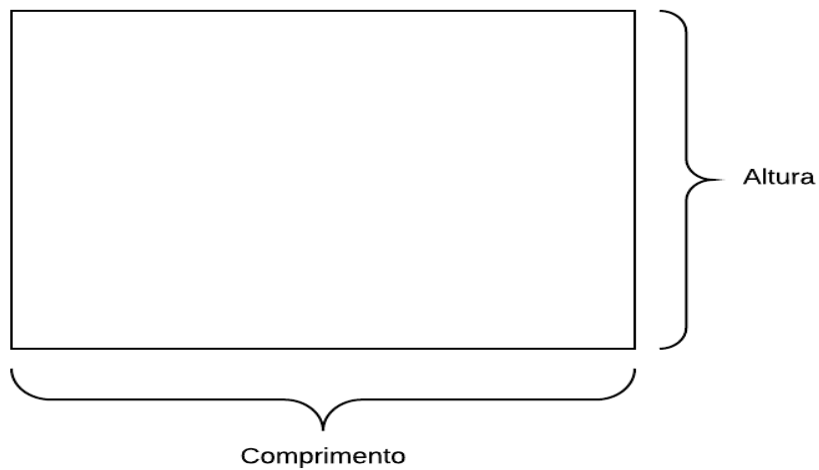
procedimento. Salientamos que o comprimento e a largura devem ser diferenciadas a partir da noção de frente do objeto, podendo ser indicado pelo lado em que as inscrições que constam no exterior do objeto ou então, a posição de sua frente.

Figura 39 - Esquema explicando a altura, comprimento e largura.



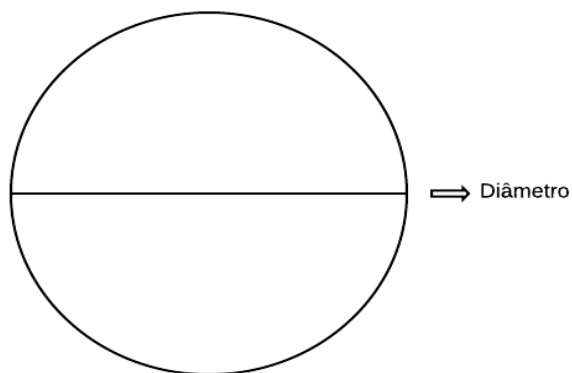
Fonte: elaborado pela autora.

Figura 40 - Esquema explicando o diâmetro.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 41 - Esquema explicando o diâmetro.



Fonte: elaborado pela autora.

O peso também é um dos campos a serem preenchidos, exigindo a necessidade de uma balança, e se possível, deter dois tipos de balança, uma que seja utilizada para objetos maiores e outra para ser usada com objetos que possuem menos de 1Kg (um quilo), ainda que ambos aparelhos não estejam disponíveis no NEA atualmente. Caso não houver como realizar essa medição, deixar o campo de preenchimento em branco.

Figura 42 - Balança pesadora digital.

Figura 43 - Balança digital de precisão.



Fonte: <<https://www.infovarejo.com.br/balanca-para-varejo-tipos/>>.

Fonte: <<https://pt.dhgate.com/product/200-500-0-01g-1kg-2kg-3kg-0-1g-portable-digital/475954208.html>>

4.3.14 Estado de conservação

Este item exige que o responsável pela documentação do acervo realize uma análise crítica cuidadosa de conservação, para então preencher uma das quatro opções oferecidas na ficha de catalogação, e quando necessário, preencher o campo que corresponde às observações.

4.3.14.1 Ótimo

Ao optar por esta alternativa, isso significa que o objeto se encontra em perfeito estado, estando integralmente completo, não apresentando a necessidade de haver intervenção de conservação ou restauração. O objeto deve estar em estado original conforme foi feita sua fabricação, podendo ter uma fina camada de descarte pelo tempo, mas que não afeta análise da peça.

4.3.14.2 Bom

Considera o objeto em estado bom, aquele que, possui ainda suas características originais em boas condições, entretanto, apresenta algum problema de estrutura, ainda que não esteja comprometido. Salientamos que o objeto não deve conter descaracterização ou que tenham sido alvo do processo degradativo, como ataque de pragas.

4.3.14.3 Regular

A peça do acervo apresenta sujidades, não está integralmente completo, já possuindo algumas perdas, podendo ser devido ao processo de degradação. Apesar da presença de perdas, a estrutura do objeto ainda não está em condições de comprometimento, necessitando apenas de uma

intervenção de conservação, procedimento que deve ser realizado por um profissional qualificado.

4.3.14.4 Ruim

Esta alternativa deve ser escolhida caso o objeto esteja em condições graves de conservação, onde sua estrutura esteja comprometida e em estado irreversível, podendo apresentar descaracterização, partes apodrecidas, alterações resultantes de intervenções inadequadas, entre outros. Quando o objeto está neste estado, é necessária uma análise mais profunda para buscar saber como proceder a partir destas condições.

4.3.14.5 Observações

Quando necessário, utilizar este campo informacional para preencher com informações relevantes referentes à conservação do objeto, deixando uma liberdade maior quanto a especificação de algum problema conforme o estado da peça, como por exemplo, a existência de fissuras.

4.3.15 Descrição do objeto

Ao preencher este item, é indispensável adquirir um caráter objetivo e exato, partindo de uma descrição mais geral para o específico. Neste tópico busca-se trazer uma leitura do objeto, sem que tente interpretar o mesmo, exceto quando há o conhecimento sobre a representação do objeto, mas inscrevendo o mesmo de forma objetiva. Deve-se evitar o uso de adjetivos, decifrar ações e a descrição de emoções, sentimentos e desejos, mas quando acrescentadas, devem acompanhar o ponto de interrogação entre parênteses ou utilizar advérbios como “provavelmente”.

Exemplo:

Uma escultura, representando figura feminina, trajando capote acobertando quase que totalmente a estrutura do corpo, utilizando um vestido longo com acabamento em pregas.

4.3.16 Histórico do objeto

Deve-se inserir informações que conceituem o objeto, preenchendo com suas possíveis funções e a alteração dos mesmos ao longo do tempo, bem como participação em eventos como exposições e outros locais deste mesmo tipo, restaurações que o objeto possa ter passado. Além de especificar melhor as informações inseridas em alguns campos de informação presentes na ficha de catalogação, sendo eles: modo de aquisição, procedência, autor, material, técnica de produção do objeto, origem do objeto e descrição do objeto.

4.3.17 Referências relacionadas ao objeto

Campo informacional com intuito de ser preenchido com citações de material arquivístico, bibliográfico e iconográfico, das quais apresentam o objeto citado, podendo ser utilizado para inserir as fontes informacionais utilizadas para preencher o histórico da peça (item 3.3.16). É imprescindível que a inserção desta informação esteja conforme as normas da ABNT quanto à elaboração de referência.

4.3.18 Observações

Espaço voltado para o registro de quaisquer outras informações que não foram inseridas nos demais campos informacionais da ficha preenchida, devendo sempre estar relacionada ao objeto, podendo ser compreendido como um complemento informacional que não foi solicitado conforme as demandas da ficha.

4.3.19 Informações do registro da ficha de catalogação

Esta última parte deve ser preenchida com a data de preenchimento da ficha de catalogação, o responsável por preenchê-la e sua assinatura. A data deve ser preenchida utilizando apenas números, estruturada conforme o formato dia/mês/ano. Em relação ao nome do responsável, é obrigatório o preenchimento utilizando o nome completo daquele que preencheu a ficha ou os nomes, caso for mais de uma pessoa, medida que também vale para a assinatura.

Quanto a assinatura, recomenda-se buscar o departamento responsável pela digitalização da assinatura, em últimos casos, é possível digitalizar um papel com a assinatura do responsável utilizando a digitalizadora da impressora se disponível, necessitando realizar o corte da imagem onde se localiza a assinatura, após esse procedimento, faça a inserção da imagem à ficha de catalogação. Caso não for possível no momento, deixar o campo “assinatura” em branco.

Exemplo:

Data de Registro: 23/12/1972

Responsável pelo registro (nome): Leticia Caroline Morais de Lima

Assinatura:

4.3.20 Informações do registro da ficha de catalogação

Este campo tem por intuito trazer informações que sejam relacionadas a revisão, mais especificamente sobre quem fez e quando. A revisão tem papel imprescindível para checar a qualidade da informação, considerando que a mesma pode ser atualizada conforme o surgimento de novas fontes informacionais para complementar ainda mais a ficha. Para o campo “assinatura”, deve-se realizar o mesmo procedimento mostrado no tópico anterior.

Exemplo:

Data de revisão da ficha: 12/11/1976

Responsável pela revisão (nome): Leticia Caroline Morais de Lima

Assinatura:

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instituições museológicas são locais que oferecem uma variedade de possibilidades, de modo que podem cumprir sua função social nas comunidades em que estão inseridas, sempre tendo em mente que deve-se criar métodos e paradigmas para que essas instituições permaneçam em movimento, acompanhado das constantes mudanças da sociedade.

Para além destes tipos de instituições, outras organizações também buscam causar transformações sociais nas comunidades nas quais estão

inseridas, o Núcleo de Estudos Açorianos é uma delas, onde atualmente busca-se desenvolver atividades que possam despertar e dar continuidade às práticas de base açoriana, integradas a cultura catarinense.

Partindo dessas possibilidades, uma delas está no desenvolvimento de uma boa documentação museológica que busca salvaguardar a informação do acervo museológico de forma sistematizada e simples, de forma que essas informações sejam utilizadas em outras atividades, tais como ações educativas e publicações, assim como o acesso destas mesmas aos públicos - interno e externo - da instituição.

O estudo de caso realizado a partir da documentação museológica do Núcleo de Estudos Açorianos, trouxe algumas consequências provenientes de um processo de documentação que não possuía convenções redigidas ou mesmo uma numeração padrão que incluísse todo o acervo, tais como perda e confusão informacional.

Partindo do diagnóstico do acervo museológico do Núcleo de Estudos Açorianos realizado de 2018 a 2019, observou-se que o acervo passou por alguns tratamentos documentais, onde nenhum deles foram adequados para as demandas do acervo museológico, apesar de ambos terem sido importantes para a recuperação de algumas informações relacionadas ao acervo. Essa análise foi realizada com base em autores da área da documentação museológica, tais como Camargo-Moro (1986), Cândido (2006) e Padilha (2014), bem como outros autores que trazem contribuições teóricas e metodológicas nesse sentido.

Pensando na necessidade de criar e manter uma unidade de tratamento da informação no sistema de documentação, trouxemos reflexões essenciais para o campo, considerando que o mesmo ainda está em construção devido a inúmeros motivos, um deles é a grande

dificuldade em pensar em como manter a padronização na alimentação destes sistemas, evitando problemas como informações não precisas e a omissão das mesmas. Em razão a esses problemas quanto a padronização, algumas informações quanto ao acervo do NEA acabaram sendo perdidas durante o processo, tendo em vista que haviam problemas de identificação dos objetos.

Pensando de forma ampla, a documentação museológica é um processo que traz uma variedade de ferramentas documentais que assegurem a preservação do acervo e a instituição da qual detém o mesmo, a existência de normativas é imprescindível para seu funcionamento efetivo e claro, como a criação de uma Política de gestão de acervo.

O Núcleo de Estudos Açorianos é um órgão que mostra seu grande potencial em ações para a comunidade, seja para a comunidade acadêmica ou para a comunidade exterior à universidade da qual o NEA está localizado. Além disso, o mesmo traz um material bibliográfico muito rico quanto a cultura açoriana e de base açoriana, que foi crescendo ao longo dos anos desde sua criação.

Este estudo apresentou algumas reflexões importantes sobre desenvolver um projeto de documentação museológica, uma delas é a necessidade de conhecer o acervo museológico, o qual passará por este processo, levando em consideração questões como missão, discurso e a temática na qual a instituição trabalha. Outro ponto a se levar em consideração é a elaboração de normativas, as mesmas devem ser expostas de forma clara e explicativa, considerando todas as possibilidades que possam ocorrer.

Considerando que o objetivo geral deste TCC é subsidiar os procedimentos documentais em museus, utilizando-se de teorias e práticas para dar suporte argumentativo, o primeiro passo necessário foi a articulação da pesquisa em relação ao papel da documentação museológica e sua importância no meio informacional das instituições museológicas. Esta primeira etapa foi baseada principalmente em autores como Camargo-Moro (1986), Ferrez (1991), Cerávolo e Tálamo (2000) e Yassuda (2009), trazendo um conteúdo em relação a trajetória da documentação museológica principalmente no Brasil.

O segundo passo foi apresentar um histórico quanto ao tratamento de informação a partir do sistema de documentação museológica do NEA, o qual passou por várias fases, ainda que algumas não foram cem por cento eficazes, mas que tiveram sua importância refletida no sistema de documentação museológica existente atualmente. Este levantamento de dados sobre o acervo do NEA foi essencial para que pudéssemos entender não só o histórico do acervo, mas também o da própria instituição.

Por fim, a terceira fase da pesquisa teve como objetivo construir uma sugestão de manual de procedimentos para a documentação museológica do acervo do Núcleo de Estudos Açorianos, momento que mostrou o quanto foi essencial todo trabalho feito até o momento. Para que esse objetivo fosse cumprido, foi necessário a elaboração de algumas ferramentas e procedimentos padronizados, buscando então o tratamento unificado da informação relacionada ao acervo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Joi Cletison. Núcleo de Estudos Açorianos - 30 anos de história (1984-2014). In: ALVES, Joi Cletison (org.). Colóquio NEA 30 anos de história: preservando a herança cultural açoriana em Santa Catarina. Ed. Da UFSC: Florianópolis, 2015.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Nina Gorgus: Le Magicien des vitrines. Le muséologue Georges Henri-Rivière. An. mus. paul., São Paulo, v. 14, n. 2, p. 317-322, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27.Agosto.2020.

APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____ (Org.). A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 15-87.

BARROSO, Gustavo. Introdução à técnica de museus. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946. 2 v

BARRETO, A. de A. A questão da informação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BOTTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, v.6, p.287-292, 1996.

BOYLAN, Patrick J. (ed). Como Gerir um Museu: Manual Prático. Paris: Icom, 2004. p. 250. Disponível em:<<https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Manual-Como-gerir-um-museu-ICOM-Unesco.pdf>>. Acesso em: 12.Setembro.2019.

BRASIL. Resolução Normativa nº 02, de 29 de Agosto de 2014. Ministério da Cultura: Instituto Brasileiro de Museus, nº 167, Seção 1, p. 14.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Acervo arquivístico: diagnóstico 2008. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2009. 91 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação sobre museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2.ed., 2013. 159 p.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. Museus: aquisição-documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

CÂNDIDO, Maria Inez. *Documentação Museológica*. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília/MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, pp.34 – 79.

CERAVOLO, S.; TÁLAMO, M. DE F. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 10, p. 241-253, 22 dez. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109390/107874>> Acesso em: 20.Abril.2019.

CERAVOLO, Suely Moraes. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDM)**: a organização da informação para o Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. 1998. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). São Paulo: Anais do Museu Paulista, v. 19, n. 1, p. 189-246, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142011000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15.Setembro.2019.

CERÁVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. de F. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador, BA. Anais....

CHAGAS, Mário De Souza. Em busca do documento perdido: A problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 2, n. 2, may 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>>. Acesso em: 19. Abril. 2019.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC/ICOM). Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: http://issuu.com/sisem-sp/docs/cidoc_guidelines/c/sl5vtq0>. Acesso em: 12. Setembro. 2019.

COSTA, Evanise Pascoa. Princípios Básicos da Museologia. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/ Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

DESVALLEÉS, André; MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 98 p.

DUARTE CÂNDIDO, M. M. Diagnóstico museológico: estudos para uma metodologia. In: SEMEDO, A.; NASCIMENTO, E. N. (org.) Actas do 1º seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, v.3, p. 124-132, Universidade do Porto: Porto, 2010. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1319id2320&sum=sim>>. Acesso em 23. Maio. 2021.

EKOSAARI, M.; JANTUNEN, S.; PAASKOSKI, L. Checklist para uma política de gestão de acervos. Pós: Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 200 - 229, nov. 2014. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/viewFile/216/138>. Acesso em: 16 set. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarques de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. in - IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, 1991.

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos (Compiladores). Manual de Catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1995. 67p.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. S. Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1987. 2v. (Série Técnica).

GEMENTE, G. Vinte anos de Donato: um breve histórico do Banco de Dados do Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/publicacoes/index.php/sim/article/viewFile/19/19>>. Acesso em: 12.Setembro.2019.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. 233p. (MAST Colloquia; v.10).

GUARNIERI, Waldisa Russio. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. In: Cadernos Museológicos, n.3, 1990.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Editora Centauro, 2006, 224p.

IBRAM. Museus em números. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

ICOM (Conselho Internacional de Museus). Código de Ética para Museus. Seoul: ICOM, 2004. p. 33. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 12. Abril. 2019.

IPHAN. Programa Monumenta. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

LADKIN, N. Gestão do acervo. In: CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. Como gerir um museu: manual prático. Paris: ICOM-UNESCO, 2004. p. 17-32. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184713>>. Acesso em: 21.Novembro. 2019.

LEAL, João. Cultura e identidade açoriana: movimento açorianista em Santa Catarina. Editora Insular, Florianópolis, 2007, 200 p.

LEMOS, Leonardos Hermes. Uma imagem vale mais que mil palavras: um estudo de caso no acervo fotográfico do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA/UFSC. Trabalho de Conclusão de Curso em Museologia - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2015. 85 p.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LOUREIRO, J. M. M. **A Documentação e suas diversas abordagens:** esboço acerca da unidade museológica. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P. dos; LOUREIRO, M. L. N. M.(Org.). Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, p. 24-30, 2008. (MAST Colloquia; 10).

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus & LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e Musealização: Entretecendo Conceitos. MIDAS Online 1. 2013. 14p.

LUDOLF, Dulce Cardozo. Nova diretriz dos museus. Anais do Museu Histórico Nacional, v.XIII, p.189-200, 1952.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. Festas Populares dos Açores. Ed. Imprensa Nacional - C/ de Moeda: Região Autónoma dos açores, 1985. 398 p.

MENSCH, Peter van. A structured approach to museology. In: Object, museum, Museology, an eternal triangle. Leiden: Reinwardt Academy. Reinwardt Cahiers.1987

MOLES, Abraham A. et al. Objeto e comunicação. In: ____ . Semiologia dos objetos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972. p.09-41.

NASCIMENTO, Rosana. Documentação Museológica e Comunicação. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 3, n. 3, may 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em:

<<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/305>>. Acesso em: 08 sep. 2019.

NASCIMENTO, Rosana. **O objeto museal, sua historicidade:** implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu. In: Cadernos de Sociomuseologia. Centro de Estudos de Sociomuseologia, 11, ULHT, Lisboa, 1998.

NASCIMENTO, Rosana. O OBJETO MUSEAL COMO OBJETO DE CONHECIMENTO. In: Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 3, n. 3, 1994. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/304>>. Acesso em: 16 sep. 2019.

NERY, Olívia Silva. Objeto, memória e afeto: uma reflexão. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.10, n.17, Jul./Dez.2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/11383/7210>>. Acesso em: 08.out.2018.

ODDON, Y. Elements of Museum Documentation: Eléments De Documentation Muséographique. In: _____. Report on a museographical mission in Jos (Nigeria): February 26 - April 8,. Nigeria: Jos Museum, Centro de formação para Técnicos de Museus, 1968. 85 p. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ExtractPDF.pl?catno=158018&look=default&ll=1&display=1&lang=mb&from=&to=>>. Acesso em: 12. Setembro. 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, A. B. O. Sistemas de documentação museológica na Fundação Joaquim Nabuco: análises e proposições. Recife, 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PEREIRA, Sandra Regina Velasques. O Núcleo de Estudos Açorianos: um olhar sobre a extensão na Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Administração Universitária. Florianópolis: 2015. 105 p.

PIAZZA, Walter. Entrevista com o Autor. 2000. In LEAL, João. Cultura e identidade açoriana: movimento açorianista em Santa Catarina. Editora Insular, Florianópolis, 2007, 200 p.

POMIAN, Krzystof. **Coleção**. In: GIL, Fernando. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51- 86.

REAL, Regina. O museu ideal. Belo Horizonte: Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais/Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958.

SMIT, Johanna. O que é Documentação. Editora Brasiliense, 2.ed, Sao Paulo, 1987. 83 p.

SMIT, J. W. Documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.dos; LOUREIRO, M.L.N.M. (Org.). Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-23. (MAST Colloquia; 10).

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. Conservação preventiva de acervos. Florianópolis: FCC, 2012. Disponível em: http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_151904Conservacao_Preventiva_1.pdf. Acesso em 20.Novembro.2019.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. O Museu - órgão de documentação. Cadernos AABB, Rio de Janeiro, n. 11, 1955.

UFSC (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). Convênio de cooperação e intercâmbio entre a Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, e a Universidade dos Açores, Portugal. Florianópolis: UFSC, 1984.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009. 123 p.

ANEXO I - Termo de empréstimo do acervo do NEA

TERMO DE RESPONSABILIDADE POR EMPRÉSTIMO DE MATERIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE CULTURA E ARTE – SECARTE
NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS – NEA

Eu,....., declaro para os devidos fins, que estou levando emprestado do NEA os materiais abaixo relacionados, os quais estou me comprometendo a devolver no dia/...../....., até às..... horas. Estou ciente que, no caso de dano ou perda, serei responsabilizado (a) por tal ato, devendo arcar com os ônus da recuperação ou reposição dos materiais solicitados.

Fico também ciente que deverei procurar a pessoa encarregada pelo empréstimo, Sr (a)....., a fim de que o mesmo dê baixa neste termo de responsabilidade, sem o que, continuarei a responder pela posse dos materiais emprestados.

Especificação	Quantidade
---------------	------------

.....

.....

.....

.....

.....

Declaro que os materiais emprestados foram:

- Devolvidos em perfeita ordem;
- Devolvidos danificados;
- Perdidos.

Nome completo:.....

Endereço completo:.....

R.G do solicitante:.....

Assinatura do solicitante:.....

Telefone do solicitante:.....

Observações:.....

.....

.....

Florianópolis,.....de.....de.....

ANEXO II - Termo de doação do acervo do NEA, elaborado pela autora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE CULTURA E ARTE – SECARTE
NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS – NEA

TERMO DE DOAÇÃO PARA ACERVO

Eu _____, nacionalidade _____,
portador da célula de identidade nº _____, expedida por _____, inscrito
no CPF/ CNPJ de nº _____, com endereço na

telefone _____ e endereço eletrônico _____, autorizo a
doação incondicional do (s) objeto (s)

_____ de origem _____

e procedência _____, e ano de fabricação
_____, ao Núcleo de Estudos Açorianos, vinculado a Secretaria de Cultura e
Arte da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta doação é realizada por livre e
espontânea vontade e sem quaisquer restrições quanto a efeitos patrimoniais e
financeiros. Transfiro todos os meus direitos sobre o (s) objeto (s) doado (s), nesta data,
a este órgão, ficando aceitas as condições em que se encontram neste instrumento.

Após ter lido este Termo de Doação, e tendo compreendido seus itens, confirmo a doação ao
NEA/UFSC.

_____ de _____ de 20 _____.

Assinatura (Doador)

Assinatura (Coordenação do Núcleo de Estudos Açorianos)

ANEXO III - Modelo de inventário elaborado para o acervo museológico do NEA

Inventário dos Bens Culturais Musealizados no Núcleo de Estudos Açorianos					
Número de registro	Outros Números	Situação	Denominação	Dimensão física	Resumo descritivo
NEA.0001					
NEA.0002					
NEA.0003					
NEA.0004					
NEA.0005					
NEA.0006					
NEA.0007					
NEA.0008					
NEA.0009					
NEA.0010					
NEA.0011					
NEA.0012					
NEA.0013					
NEA.0014					
NEA.0015					
NEA.0016					
NEA.0017					
NEA.0018					
NEA.0019					
NEA.0020					
NEA.0021					
NEA.0022					
NEA.0023					
NEA.0024					
NEA.0025					
NEA.0026					
NEA.0027					
NEA.0028					

ANEXO IV - Manual para preenchimento do inventário desenvolvido para o acervo museológico do NEA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE CULTURA E ARTE
NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS

Manual para preenchimento do inventário dos bens culturais musealizados do Núcleo de Estudos Açorianos

O presente documento tem por intuito auxiliar no preenchimento do Inventário dos Bens Culturais Musealizados do Núcleo de Estudos Açorianos/UFSC, do qual corresponde a uma ferramenta reconhecida como obrigatória para alcance da resolução normativa nº1, de 31 de Julho de 2014, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), pelo extinto Ministério da Cultura.

Art. 2º - O INBCM é um instrumento de inserção periódico de dados sobre bens culturais Musealizados que integram os acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus, instituído pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto 8.124/2013, sem prejuízo de outras formas de proteção existentes (BRASIL, 2014, p.1).

O Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM) é um instrumento que deve apresentar uma série de informações limitadas a 15 (quinze) campos informacionais exigindo que cumpram seu papel de identificação. Portanto, com base na ferramenta instituída pelo IBRAM, foi elaborado um inventário que abrange algumas áreas informacionais que possam cumprir seu papel de identificar e auxiliar nas mais diversas atividades de pesquisa e documentação. No caso do acervo do Núcleo de Estudos Açorianos, deve-se destacar que a documentação museológica do Núcleo ainda está em andamento, de maneira que não compreendemos de forma completa o histórico e demais elementos informacionais relacionados, visto que não houve registro de entrada da maioria dos objetos que compõem o acervo.

Portanto, este inventário foi elaborado com a eleição de 6 (seis) campos informacionais, para que possam atender as demandas atuais, podendo ser utilizada como uma base conforme novas mudanças forem estudadas e aplicadas à esta ferramenta.

Os campos informacionais compreendem: o número de registro; outros números; situação; denominação; dimensão física; e resumo descritivo. Salientamos que a elaboração deste manual se baseou nas informações de esclarecimento que já constam na resolução normativa citada.

a) Número de registro

Esta informação compreende ser obrigatória, de forma que possa distinguir o objeto conforme o sistema de numeração da documentação museológica implantado na instituição, para seu controle e identificação.

b) Outros números;

Esta informação é opcional segundo a existência de demais números de registro marcados permanentemente na peça, correspondendo a numerações anteriores ao número de identificação vigente na instituição que realiza a salvaguarda deste objeto.

c) Situação

Informação imprescindível para compreensão relacionada ao status do objeto do acervo da instituição, tendo três opções para seu preenchimento: 1 – localizado; 2 – não localizado; 3 – excluído.

d) Denominação

Corresponde ao nome que se identifica o objeto, informação dever estar contada no inventário segundo solicita o campo informacional.

e) Dimensão física

Informação obrigatória das dimensões físicas dos objetos que compõe o acervo, considerando as medidas dos objetos bidimensionais (altura x largura), tridimensionais (altura x largura x profundidade), e circulares (diâmetro x espessura).

f) Resumo descritivo

Corresponde a descrição textual do objeto, devendo constar as características físicas e sua função original, devendo ser objetivo e claro. Informação obrigatória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução Normativa nº1, de 31 de Julho de 2014. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25789236_RESOLUCAO_NORMATIVA_N_1_DE_31_DE_JULHO_DE_2014.aspx>. Acesso em: 09.out.2019.

ANEXO V - Termo de cessão de uso de imagem



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE CULTURA E ARTE – SECARTE
NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS – NEA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM DO ACERVO DO NEA

Eu, _____,
(nome da pessoa legalmente qualificada para assinar o termo)

portador do CPF/CNPJ _____, na qualidade de () pessoa física ou () pessoa jurídica, domiciliado (a) no endereço

_____ de CEP _____, Cidade _____, Estado _____.

Tendo o telefone () _____ e e-mail _____.

Declarando que a finalidade de uso do acervo () bidimensional () tridimensional () físico () digital, descrito abaixo, será () Pessoal () Acadêmico () Divulgação evento () Outros (especificar): _____.

Assumo total responsabilidade pelas informações fornecidas e concordo com as condições de cessão mencionadas neste mesmo documento.

Dados do (s) acervo (s)

(o número de registro do acervo do qual teve uma reprodução imagética tirada deve estar constando neste documento, bem como seu título/legenda. Ex: Inauguração da casa dos Açores de SC - NEA, XXXX)

Condições de cessão

1. respeitar a Lei nº 9.610 (de 19/02/98) relativa aos direitos autorais, responsabilizando-se por qualquer violação a direitos autorais e de personalidade de titularidade de terceiros relativos à(s) imagem(ns).
2. estar ciente de que o Núcleo de Estudos Açorianos, da Universidade Federal de Santa Catarina, é detentor da(s) referida(s) imagem(ns), e de que, ao reproduzi-la(s) em

qualquer tipo de suporte (impressos, digitais ou audiovisuais), deve-se mencionar o crédito como Acervo Núcleo de Estudos Açorianos/UFSC.

3. comprometer-se a doar ao Núcleo de Estudos Açorianos uma cópia do(s) material(ais) em que a(s) imagem(ns) esteja(m) presente(s);

_____, _____ de _____ de 20_____.
(data)

Assinatura (solicitante)

Assinatura (Coordenação do Núcleo de Estudos Açorianos)